

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Inaúma Carvalho da Silva

**Editais públicos e privados como alternativa de financiamento para melhoria
dos espaços físicos das bibliotecas**

Porto Alegre

2018

Inaúma Carvalho da Silva

Editais públicos e privados como alternativa de financiamento para melhoria dos espaços físicos das bibliotecas

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty

Chefe-Substituta: Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CPI)

Silva, Inaúma Carvalho da

Editais públicos e privados como alternativa de financiamento para a melhoria dos espaços físicos das bibliotecas / Inaúma Carvalho da Silva. – Porto Alegre: UFRGS, 2018.
68 f.

Orientadora: Profa. Dra. Samile Andrea de Souza Vanz.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2018.

1. Biblioteca – Espaço físico. 2. Biblioteca – Edital. 3. Biblioteca – Financiamento. 4. SALIC. I. Vanz, Samile Andrea de Souza. II. Título.

Catalogação: Inaúma Carvalho da Silva

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana

CEP: 90035-007 - Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3308-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

Inaúma Carvalho da Silva

**Editais públicos e privados como alternativa de financiamento para a
melhoria dos espaços físicos das bibliotecas**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de 2018.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz - UFRGS Orientadora

Prof. Me. Filipe Xerxeneski da Silveira - UFRGS Examinador

Bibliotecário Me. Rubens da Costa Silva Filho - UFRGS Examinador

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não se realizaria se não existissem quatro pessoas muito especiais, cada uma de um jeito diferente, mas todas elas foram estrelas que encontrei na minha trajetória acadêmica: Amanda Marques, Marta de Oliveira, Paola Ávila e Rosana Pereira. Foram mais que colegas, foram amigas, (são até hoje) e me seguraram e ampararam em muitos momentos. Se eu cheguei até aqui devo muito a elas.

Agradeço também as bibliotecárias que passaram na minha vida durante os estágios acadêmicos, com um carinho especial a Maria Bernadete e Nilse Oliveira, da Academia de Polícia Civil do RS. Foram anjos na minha vida e me ensinaram muito mais do que o trabalho de bibliotecária, me ensinaram valores que nenhum dinheiro no mundo paga.

Às bibliotecárias que me receberam com todo o carinho no Tribunal de Justiça do RS e me ensinaram tantas coisas novas e que sempre foram amáveis comigo.

Ao bibliotecário Filipe Xerxeneski do IFRS que me recebeu de braços abertos e com muito carinho para a realização do estágio obrigatório.

Agradeço demais a minha orientadora Samile Vanz, que me aceitou com muito carinho e me iluminou quando eu estava mais perdida. Uma ótima professora provida de muita didática, paciência, simplicidade e metodologia. Seria muito bom se existisse mais professores assim lecionando no curso de Biblioteconomia.

Obrigada à todos aqueles que de alguma forma me ajudaram nesse percurso, tiveram paciência comigo e me desejaram o melhor, meus colegas queridos de estágio: Giovanni Meireles, José Vanderlei Simões Junior, mais que um colega e amigo, uma pessoa que tem seu lugar especial no meu coração, Julia Ventura e Priscila Macedo. À querida Fernanda Py que ensinou muita coisa em duas semanas estagiando juntas. Uma pessoa muito boa, amorosa e engraçadíssima que ainda bem a vida colocou no meu caminho.

Por fim, agradeço a mãe, pai e irmãos, que tenho certeza de que me amam e sempre desejarão o melhor da vida pra mim.

Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como tema os editais públicos e privados que contemplam os espaços físicos das bibliotecas. Argumenta que com a evolução tecnológica as bibliotecas físicas precisam se transformar e defende que o usuário é o principal foco da biblioteca, e é para ele que o ambiente e serviços precisam ser pensados. Apresenta autores que colocam aspectos a serem observados para a melhoria e manutenção dos espaços. Cita que para enfrentar as crises financeiras pelas quais o país por vezes atravessa, é necessário se conhecer alternativas de captação de recursos para contemplar o ambiente físico das bibliotecas. Tem por objetivo a identificação de possibilidades de financiamento através de editais públicos e privados que atendam demandas relacionadas a espaço físico de biblioteca. O estudo é descritivo e utiliza como procedimento para coleta de dados a análise documental realizada em sites de sete instituições apontadas como possibilidades de financiamento através de editais, quais sejam, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto C&A, Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE), Fundação SM, Fundação Santillana e Instituto Pró-Livro. O estudo apresenta cada uma das instituições e os editais ofertados normalmente. Também apresenta dados coletados no portal SALIC do governo federal sobre projetos apresentados entre os anos de 2013 a 2017 que tiveram como objetivo captação de incentivos para a melhoria de espaços físicos de bibliotecas. Observa-se que o número de editais destinados aos espaços físicos é menor se comparado aos que atendem projetos de incentivo à leitura. Conclui que as entidades que ofertam editais não o fazem de forma constante, tendo em vista que mais da metade das instituições pesquisadas não apresentaram nenhuma data como referência para a oferta de editais. Adicionalmente, observa-se que a maioria dos sites analisados não é funcional, nem apresentam de forma clara as informações relativas a editais, o que pode prejudicar a participação e correta submissão de projetos. Defende que é preciso se dar mais atenção aos espaços físicos para acompanhar a evolução tecnológica e oferecer novos serviços aos usuários.

Palavras-chave: Biblioteca – Espaço físico. Biblioteca – Edital. Biblioteca – Financiamento. SALIC.

ABSTRACT

This research presents as theme the public and private notices that contemplate the physical spaces of the libraries. He argues that with technological evolution the physical libraries need to transform and defend that the user is the main focus of the library, and for him the environment and services need to be thought out. It presents authors who put aspects to be observed for the improvement and maintenance of spaces. He points out that in order to face the financial crises that the country sometimes crosses, it is necessary to know alternatives of fundraising to contemplate the physical environment of libraries. Its purpose is to identify financing possibilities through public and private notices that meet demands related to library physical space. The study is descriptive and uses as a procedure for data collection the documentary analysis carried out on websites of seven institutions identified as financing possibilities through public notices, namely, National Public Library System (SNBP), National Library Foundation (FBN), Instituto C & A, Group of Institutions and Business Foundations (GIFE), SM Foundation, Santillana Foundation and Pro-Book Institute. The study presents each of the institutions and the tenders normally offered. It also presents data collected in the SALIC portal of the federal government on projects presented between the years of 2013 to 2017 that aimed to capture incentives to improve the physical spaces of libraries. It is observed that the number of edicts destined to physical spaces is smaller when compared to those that attend projects to encourage reading. It concludes that the entities that offer bids do not do it in a constant way, considering that more than half of the institutions surveyed did not present any date as reference for the bidding process. In addition, it is observed that most of the sites analyzed are not functional, nor do they clearly present the information related to public notices, which may impair participation and correct submission of projects. He argues that it is necessary to pay more attention to the physical spaces to follow the technological evolution and offer new services to the users.

Keywords: Library - Physical space. Library - Announcement. Library - Financing. SALIC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
CEDAC	Comunidade Educativa
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional da Cultura
GIFE	Grupo de Instituições e Fundações Empresariais
IPL	Instituto Pró-Livro
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PNLL	Programa Nacional do Livro e Leitura
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SALIC	Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SM	Sociedade de Maria
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo geral	12
1.2.2	Objetivos específicos	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DAS BIBLIOTECAS	13
2.2	EDITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS COMO ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO PARA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS BIBLIOTECAS	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
4	RESULTADOS	42
4.1	INSTITUIÇÕES ANALISADAS	42
4.1.1	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNPB)	42
4.1.2	Fundação Biblioteca Nacional (FBN)	45
4.1.3	Instituto C&A	46
4.1.4	Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE)	48
4.1.5	Fundação SM	50
4.1.6	Fundação Santillana	51
4.1.7	Instituto Pró-Livro	51
4.2	PORTAL SALIC	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Com o rápido incremento das tecnologias, o acesso às informações de diversos tipos se tornou possível a partir de diferentes meios, como computadores e celulares, através de suportes de arquivos virtuais. A informação, de uma forma geral, está disponível quase instantaneamente, através de bibliotecas virtuais, digitais, base de dados e sites diversos. Embora o acesso a esses materiais tenha se tornado mais fácil, nem tudo está disponível ao usuário e é necessário que se tenha muita atenção às fontes onde se localizam as informações. No que se refere às tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e a disponibilização de informações, os usuários ganham um novo papel frente às bibliotecas. Esses passam de meros consumidores para publicadores, portanto, é necessário que se dê importância ao gerenciamento adequado do espaço físico das bibliotecas, principalmente se as considerarmos unidades organizacionais relevantes para o desenvolvimento da sociedade.

As bibliotecas concentram acervos em diferentes suportes, com profissionais capacitados para auxílio à pesquisa e outros serviços, porém com todas essas transformações, o ambiente físico de uma biblioteca ganha outras funções. Os usuários buscam um ambiente de interação, onde possam encontrar salas de estudo e discussão, que possam levar também seus próprios materiais, onde se encontre acesso a computadores e internet, conforto ambiental e auxílio à sua pesquisa. Hoje, o usuário se apresenta como protagonista da biblioteca, sendo que esta precisa descobrir as necessidades informacionais e espaciais de quem frequenta o espaço.

O espaço físico da biblioteca se faz muito importante, porque ele vai além da função de armazenar o acervo, nele se constrói um ambiente de interação entre os usuários, os serviços e os diferentes locais que o constituem. Para proporcionar a interação e conforto, além de estimular os usuários já existentes e atrair usuários em potencial, as bibliotecas precisam contar com um ambiente agradável, ergonômico, atraente e funcional.

Muitos autores dissertam sobre a importância do espaço físico das bibliotecas e sua composição. Profissionais bibliotecários, engenheiros e arquitetos estão atentos a disposição desses ambientes e suas exigências. Faulkner-Brown (1999), um notável arquiteto que ainda nos anos noventa trouxe ideias inovadoras

e vanguardistas ao estudo dos espaços físicos das bibliotecas, traz uma lista de quesitos a serem observados no momento de composição dos mesmos, como ser flexível, compacto, acessível, suscetível de ampliação, variado, organizado, confortável, dotado de um meio ambiente constante, seguro e econômico. Esses itens ficaram conhecidos como os dez mandamentos de Faulkner-Brown (1999) e são apontados e estudados por outros autores da área de Biblioteconomia, como Teixeira e Santos (2017) que enfatizam a importância dos espaços físicos.

Para elaboração de um programa de necessidades de um espaço físico é necessário um estudo profundo sobre as verdadeiras necessidades da biblioteca. Grande parte das bibliotecas brasileiras, públicas ou privadas, atravessa crises financeiras com frequência, mesmo assim, precisam investir em aquisições de acervo e manutenção dos serviços existentes. As estatísticas sobre o crescimento da biblioteca são um importante instrumento que fornece dados para projeções realistas e para justificar as propostas de melhorias do espaço. Num contexto de crise e pressão pela escassez de recursos, torna-se mais compreensível e concreto para os gestores, os motivos pelos quais a biblioteca tomou determinada decisão em relação a modificações no espaço.

No país existem políticas públicas que beneficiam as bibliotecas através de leis de incentivo à cultura e editais públicos e privados. Esses editais se apresentam como importantes alternativas para a captação de verbas para as bibliotecas, tanto para a melhoria e ampliação de seus espaços, quanto para projetos de incentivo à leitura. Conhecer quais são as instituições que apresentam editais, assim como saber onde procurá-los e de que forma fazer uso das leis de incentivo se mostra uma tarefa primordial aos profissionais bibliotecários, que podem captar verbas para investir na melhoria dos espaços físicos das bibliotecas, proporcionando espaços interativos e qualidade nos serviços prestados. Dessa forma é possível atrair novos usuários e aumentar a frequência dos já existentes.

A Biblioteconomia se caracteriza como uma área interdisciplinar, por isso, muitos aspectos podem ser explorados e serem objetos de estudo. Neste trabalho de conclusão de curso o tema abordado é o espaço físico das bibliotecas, sua importância e representação nos dias atuais, principalmente com o avanço tecnológico. O problema de pesquisa se apresenta a partir do questionamento sobre quais seriam as alternativas de financiamento para a construção, ampliação e manutenção desses espaços. Com isso, pretende-se identificar quais são as

instituições, públicas e/ou privadas, que disponibilizam editais que beneficiem os espaços físicos das bibliotecas e levantar o maior número de informações possíveis sobre estes editais. Nas seguintes seções apresentam-se a justificativa desse trabalho, assim como os objetivos e o referencial teórico, que abrange os seguintes temas: organização dos espaços físicos das bibliotecas e editais públicos e privados como alternativa de financiamento para a organização do espaço físico das bibliotecas. Em seguida serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção dos dados, assim como os resultados da pesquisa. Por fim, as considerações finais encerram o trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se pela importância dos espaços físicos das bibliotecas, sobretudo nos dias de hoje, quando os avanços tecnológicos se desenvolvem rapidamente. A preocupação com o futuro das bibliotecas físicas é presente, visto o desenvolvimento das tecnologias e a facilidade ao acesso à informação, porém esse novo panorama traz algumas transformações às bibliotecas. Hoje, elas não devem ser somente um local que armazena uma coleção e um lugar de silêncio com mesas individuais para leitura e estudo.

Cada vez mais os usuários buscam nas bibliotecas um espaço de interação, onde seja possível encontrar espaços confortáveis para discussão e trabalhos em grupo, além disso, buscam profissionais capacitados que satisfaçam no menor tempo possível suas necessidades informacionais. Esse espaço é também um ambiente onde outros serviços podem ser prestados, como salas para palestras, cafés, computadores com acesso à internet para elaboração de trabalhos e pesquisas e outras atividades que interessem aos usuários.

Esse tema é importante de ser discutido, porque hoje o usuário se torna o protagonista de um espaço de informação e é necessário que se construa um ambiente confortável, atraente e funcional, que abrigue serviços diversos que suprirão as suas necessidades, por meio de um local multifuncional e fazendo com que a frequência de uso do espaço aumente.

A importância dessa pesquisa se dá, também, pelo fato de não existirem muitos trabalhos relacionados ao tema, que explorem as alternativas de financiamento para o investimento nos ambientes físicos das bibliotecas. Conhecer

as leis de incentivo à cultura e editais públicos e privados é um determinante para que se possa investir, não somente no ambiente físico, mas também em programas de incentivo à leitura e formação de novos leitores. Esse tema merece atenção, pois é através do acesso à informação, da discussão e interação entre as pessoas, que a educação e a cultura se fortalecem, sendo assim, disponibilizar essa experiência através de um ambiente agradável, onde as pessoas se sintam pertencentes é fundamental.

Por vezes, as crises financeiras enfrentadas pelas bibliotecas brasileiras impossibilitam investimentos no espaço físico, portanto, é deveras importante que os estudantes de Biblioteconomia e os profissionais que atuam nesses espaços conheçam as alternativas que se apresentam para o investimento nos espaços.

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos gerais e específicos que norteiam este trabalho a fim de responder o problema de pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar possibilidades de financiamento por meio de editais públicos e privados que atendam demandas relacionadas aos espaços físicos das bibliotecas.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) identificar as instituições públicas e privadas que ofertam editais voltados para as bibliotecas;
- b) apontar o maior número de detalhes referentes aos editais e instituições financiadoras encontradas;
- c) indicar e caracterizar os projetos que foram enviados ao Ministério da Cultura, nos últimos cinco anos, que tiveram por finalidade a melhoria dos espaços físicos de bibliotecas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Essa seção apresenta a literatura utilizada que embasou este trabalho, assim como os autores que deram suporte ao pensamento crítico para que o mesmo fosse escrito. Os assuntos abordados são a organização dos espaços físicos das bibliotecas e os editais públicos e privados como uma alternativa de financiamento para a organização desses espaços.

2.1 ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DAS BIBLIOTECAS

As bibliotecas são espaços de importância vital para o desenvolvimento de uma sociedade, pois armazenam o conhecimento produzido por seus indivíduos, mantendo assim a memória e auxiliando na produção de outras obras que contribuirão para a evolução da humanidade. Composta por acervos de diferentes tipos, a biblioteca tem como finalidade “[...] promover a efetiva utilização de seus materiais e não ser um mero local de custódia [...]” (LEMOS, 2008, p. 102). O acervo de livros e periódicos impressos que compõem uma biblioteca é o suporte mais comum para o armazenamento e o acesso à informação e à pesquisa, meios que levam ao aprendizado e novos conhecimentos.

O acervo esteve e está sempre presente, pois é através dele, quaisquer que sejam seus suportes, que estão informações que serão recuperadas e utilizadas. Com o avanço tecnológico o papel da biblioteca transformou-se, embora a mídia impressa não tenha sido substituída pela tecnologia da informação. Independente de suportes, cada tipo de biblioteca precisa focar no seu usuário ao decidir sobre seu acervo:

Os acervos das bibliotecas variam segundo a natureza de seus objetivos e da clientela a que servem. Uma biblioteca infantil terá um acervo formado majoritariamente por títulos de literatura infantil e materiais de iniciação à aprendizagem, consentâneos com as faixas etárias que forem atendidas pela biblioteca. Já uma biblioteca universitária será formada basicamente por textos voltados para o apoio ao ensino de graduação e pós-graduação e para a pesquisa.

A título de exemplo, pode-se dizer que nas bibliotecas públicas a parte mais importante do acervo é formada por livros. Nas bibliotecas especializadas os periódicos técnicos e científicos ocupam lugar mais importante do que os livros, devido à própria

dinâmica do processo de comunicação dos resultados de pesquisas. (LEMOS, 2008, p. 114).

O tipo de acervo varia de acordo com o tipo de biblioteca, por isso, os estudos de desenvolvimento de coleções são fundamentais para atender as necessidades informacionais dos usuários que frequentam os espaços das bibliotecas, até porque são eles que justificam a existência do ambiente, pois de nada adianta um acervo bem organizado e de qualidade se este não for utilizado. Para se obter conhecimento sobre algo é necessário que se reflita e discuta sobre o que se consultou, dessa forma, o espaço precisa ser atraente e confortável para proporcionar interação aos usuários, além de oferecer serviços que sejam de seu interesse. Dessa forma, o design da biblioteca deve reconhecer a importância crucial de pessoas, livros e tecnologia da informação e perceber o relacionamento dinâmico e as interações complexas existente entre eles. Tendo em vista os usuários no papel de protagonistas da biblioteca, McDonald (2006, não paginado, tradução nossa) afirma que:

Planejar o novo espaço da biblioteca é essencialmente sobre as pessoas, ou melhor, é criar o espaço no qual as pessoas podem interagir com as coleções, a tecnologia da informação e os serviços de que precisam. São as pessoas que criam bibliotecas, pessoas que prestam serviços e pessoas que as usam. Acima de tudo, o usuário deve estar no centro de todo o processo.

Como coloca McDonald (2006), é o usuário o principal foco que as bibliotecas devem ter na hora de planejar seu espaço e seus serviços, é ele quem justifica a sua existência. Por melhor que seja um acervo, sem ter pessoas que o utilizem não possui significado, pois são as pessoas que atribuem significado as coisas e as informações, assim como um espaço físico quando não é organizado tendo em vista seus usuários e os serviços que atendam as suas necessidades, se torna um espaço equivocado, gerando o afastamento das pessoas e por consequência, sua inutilidade.

Com a inovação tecnológica, surgiram novos meios de armazenamento da informação e o que vemos hoje são inúmeros documentos em formato digital chegando às mãos das pessoas facilmente. A informação se coloca disponível a qualquer hora através de um computador ou mesmo de um celular. O acervo antes armazenado num espaço físico, agora transcende ao ciberespaço ultrapassando

barreiras físicas. Com isso surge a preocupação com a fidedignidade das fontes de informação encontradas na internet, já que qualquer pessoa pode disponibilizar um documento na web. O bibliotecário é o profissional capacitado para pesquisar em fontes seguras, além de verificar as referências das mesmas. Vergueiro (2010, p. 103), enfatiza a importância do profissional bibliotecário na pesquisa e verificação das fontes pesquisadas na era digital: “Ao ter possibilidade de acessar as informações, a pessoa poderá optar entre o acesso direto e o recurso a um intermediário, que as identifique e localize (no caso, o profissional da informação)”.

O autor segue complementando que:

É natural pensar que nem todas as pessoas terão suficiente domínio das técnicas de recuperação da informação, seja no ambiente dos materiais impressos, seja no ambiente da informação eletrônica. Ainda que cedêssemos ao otimismo mais ingênuo, imaginando que a evolução dos meios eletrônicos fará com que sejam de manuseio amigável e fácil, mesmo assim uma boa parcela dos indivíduos poderá preferir delegar essa atribuição a um profissional mais bem preparado nas técnicas de recuperação da informação. (VERGUEIRO, 2010, p. 104).

Com isso, o espaço físico da biblioteca se mantém importante, pois um de seus serviços é o de referência, onde os usuários vão buscar informações que necessitam com segurança e devida orientação.

Lemos (2008) disserta sobre a discussão em torno das bibliotecas virtuais, digitais e eletrônicas, onde muito se comenta sobre um possível desaparecimento das bibliotecas tradicionais e do próprio livro. Categoricamente, Lemos (2008, p. 118) afirma que “[...] em primeiro lugar, nenhuma das bibliotecas que se intitulam virtuais ou digitais correspondem, no mesmo plano ou em plano superior, às bibliotecas tradicionais. Estas continuam sem ter substituto”. As bibliotecas tradicionais continuam a existir, mas devido às mudanças trazidas pela tecnologia e a explosão informacional, alguns aspectos se transformaram. Fica claro que o ambiente físico das bibliotecas está em um novo momento, de transformação e de novos paradigmas.

Com as mudanças que surgem, novas demandas se apresentam a este espaço, como por exemplo, servir também como centro comunitário e local de encontro, centro produtor de conteúdo cultural e literário, espaços de criação e interação, obtendo através da conversa um instrumento básico para colaboração,

centro de acesso a tecnologias de informação e principalmente a “[...] necessidade de espaços para novos serviços e novos formatos: serviços de informação, salas de trabalho em grupo, salas de silêncio absoluto, cafés, auditórios, salas de exposição, salas polivalentes, [...] e assim por diante” (BONET PEITX , 2017, não paginado).

Com todas as qualidades apresentadas anteriormente, em uma biblioteca física o usuário ainda encontra muitas vantagens, como profissionais capacitados para auxiliá-lo, informações contidas tanto em suporte físico, como livros e revistas, e digitais como os e-books, por exemplo. Além disso, os espaços das bibliotecas podem ir além de um local somente para estudo. Sobre isso, Vanz (2017, p. 23) afirma que:

Apesar de cada vez mais recursos estarem disponíveis durante todo o tempo através das bibliotecas digitais, os atributos físicos de uma biblioteca podem continuar atraindo as pessoas. Um grande número de usuários visita a biblioteca com propósitos que vão além de empréstimo e uso do acervo: eles frequentam a biblioteca para a referência face a face com o bibliotecário, para estudar, para buscar informação ou inspiração, para pesquisar na internet e cada vez mais, para usar a biblioteca como um espaço de encontro, para relaxar ou trabalhar em grupo.

O conceito de biblioteca vai além da ideia do armazenamento e preservação de um determinado acervo. Assim como existe o usuário que precisa ficar em silêncio numa sala de estudo, existem grupos de usuários que precisam debater sobre determinada matéria. O espaço se coloca também como ponto de encontro para reuniões e discussões, leitura sem compromisso, pesquisas diversas que podem ser extensas ou apenas questões corriqueiras.

Lemos (2008) afirma que para existir uma biblioteca, no sentido de instituição social, são necessários alguns requisitos, como intencionalidade social, um acervo e meios para renová-lo, uma comunidade de usuários com necessidades informacionais e um local, um espaço físico onde acontecerá o encontro dos usuários com os serviços da biblioteca. Esse espaço físico é fundamental não somente para acomodar o acervo, mas também para atender as necessidades dos usuários com conforto, beleza e mantendo sua funcionalidade.

O modelo de biblioteca evoluiu ao longo do tempo, mas sempre acompanhando as características culturais e econômicas dos locais onde existe.

Bonet Peitx (2017) coloca que a arquitetura das bibliotecas durante o decorrer da história respondeu às necessidades funcionais e simbólicas de determinados momentos, mas sempre perpetuando a proteção da coleção e a representação institucional. Hoje um dos papéis das bibliotecas físicas é criar um ambiente multifuncional aos seus usuários, acompanhando assim suas necessidades, que não se resumem apenas ao empréstimo de material ou estudo individual. Sobre as transformações que impactaram no papel das bibliotecas, Bonet Peitx (2017, sem paginação) coloca que:

A informação digital transforma o papel da biblioteca, de modo que ela não precisa mais apenas proteger e tornar durável a coleção física de objetos que contém a informação, mas também tornar a informação acessível aos usuários e permitir sua manipulação, entre outros aspectos, ou seja, além de preservar a coleção e garantir o acesso a ela, a biblioteca adquire novas funções que dão relevância aos usuários como destinatários finais de sua atividade.

Dar relevância ao usuário tem sido preocupação constante das bibliotecas, principalmente com o progresso da tecnologia. Sob essa tendência, o espaço físico passa por transformações e necessita oferecer ao máximo o conforto ambiental e um espaço atrativo com novas funções, não apenas servindo como abrigo de coleções e salas de estudos que privilegiam o silêncio, mas como espaços dinâmicos, com salas para grupos, com mobiliários econômicos, que permitam possíveis ampliações, que possuam segurança e conforto para funcionários e usuários, além de seguir requisitos de acessibilidade.

O ambiente físico da biblioteca surge como um espaço fundamental para a construção do saber, e para tanto, necessita que proporcione a interação entre os usuários. Isso justifica cada vez mais a atenção dada aos mesmos, como afirma Whatson (2017, sem paginação):

A conversa está presente em uma ampla gama de atividades de aprendizagem que incluem aquisição de conhecimento, pesquisa, debate, prática, colaboração e produção. É também um elemento-chave em muitas teorias atuais de fator de aprendizagem, tais como o construtivismo social (conversas entre colegas para testar os seus conhecimentos), o instrucionismo (palestra de uma professora) e a contextualizada aprendizagem (co-criação do conhecimento nos contextos em que serão aplicados). A conversa, até relativamente pouco tempo, nunca fora uma atividade muito apreciada na biblioteca.

Independente do tipo de biblioteca, o fenômeno social da aprendizagem ocorre em todos os contextos, públicos, escolares e universitários e nesse sentido, as bibliotecas como centros de informação, cultura e aprendizagem, se transformam em espaços dinâmicos, que vêm propiciar condições para conversas e meios de leitura e aprendizagem de todos os tipos. Sob esse aspecto, Watson (2017, sem paginação) expõe que “O desenho cuidadoso de bibliotecas e espaços de aprendizagem social permite acolher todas as possibilidades de conversação, desde o debate com outras pessoas até a reflexão individual [...]”.

A forma com que os usuários farão uso das bibliotecas dependerá da qualidade dos espaços e de seus serviços. Ao desejar que os usuários tenham uma boa experiência é necessário um planejamento dos espaços e serviços projetados de acordo com as necessidades e expectativas dos mesmos. Watson (2017, sem paginação) lembra que “[...] entender bibliotecas como experiências é um conceito inovador que requer uma análise rigorosa de sua aparência”.

Tendo em vista esse paradigma, ao pensar sobre como o uso do espaço pode afetar as experiências dos usuários, o percebemos como primordial, visto que sua construção e elaboração é que criarão a qualidade e beleza do lugar, fazendo com que quem o utilize se sinta pertencente ao ambiente, e logo, com que permaneça mais tempo e frequente-o mais, além de atrair usuários em potencial.

Sobre como o espaço da biblioteca deve ser, Bonet Peitx (2017, sem paginação) se baseia em algumas ideias dos projetos da *Sendai Media Library* e a *Seattle Public Library*:

[...] o espaço no qual as atividades dos usuários ocorrem é o elemento de central importância frente ao espaço da coleção, que permanece em segundo plano a partir do momento em que grande parte da informação é digital e acessível on-line. Esta é talvez a mais clara evidência de uma mudança profunda: a razão de ser da biblioteca, a sua missão não é apenas ou necessariamente assegurar a sustentabilidade do acervo documental, mas para tornar a informação acessível aos usuários para que possam desenvolver suas atividades (aprendizagem, criação de novos conteúdos, lazer, trabalho, socialização...) [...].

Com isso percebemos que a biblioteca física mantém seus serviços tradicionais, mas adaptando-se ao novo e as tecnologias que se transformam

constantemente, assim como as novas necessidades de seus usuários que agora são os protagonistas desse espaço.

Os edifícios de bibliotecas e seus interiores variam de acordo com o local em que se inserem, assim como suas políticas e cultura, mas todos eles apresentam várias características em comum, formando um conjunto de qualidades desejáveis. De acordo com o arquiteto Faulkner-Brown (1999), cujas ideias inovadoras apresentadas ainda nos anos 90 influenciaram a construção de bibliotecas no mundo, o espaço de uma biblioteca deve ser flexível, compacto, acessível, passível de ampliação, variado, organizado, confortável, ter um meio ambiente constante (temperatura, umidade e ventilação), seguro e econômico. Independente do tamanho do edifício, essas qualidades poderão ser empregadas, tendo em vista os três pontos norteadores de um espaço físico de biblioteca: as pessoas (funcionários e usuários), o acervo e as instalações físicas.

A flexibilidade mencionada por Faulkner-Brown (1999), diz respeito à disposição da biblioteca, que deve permitir tal característica de uso das instalações e equipamentos de modo a pensar em possíveis modificações caso necessário e, dessa forma, os equipamentos e instalações permaneçam funcionando, sem necessidade de grandes transformações. Teixeira e Santos (2017) colocam esse quesito como um dos quatro princípios básicos de um leiaute e atentam para a flexibilidade das instalações, como a necessidade de ampliação de redes elétricas e hidráulicas, peso do acervo, fluxo de pessoas, e outros componentes do conforto ambiental como temperatura, ventilação, iluminação e controle de umidade. Almeida (2005, p. 117) acrescenta:

A flexibilidade deve ser observada na estrutura do edifício, no *layout*, nas instalações, no mobiliário e no acabamento. Assim, por exemplo, podem colaborar para a flexibilidade do edifício a ausência de paredes internas, a redução de colunas, a ausência de desníveis, a climatização uniforme, a ausência de mobiliário fixo, a diversidade de acabamentos, dentre outros.

Faulkner-Brown (1999) argumenta também acerca da importância de um ambiente compacto, porque dessa forma os livros, os funcionários e os leitores teriam de percorrer menores distâncias o que também pouparia o tempo de todos. Esse aspecto corresponde ao princípio da economia do movimento citado por Teixeira e Santos (2017) que enfatizam que o encurtamento das distâncias entre

as pessoas proporciona a otimização na execução das tarefas. Do contrário, o trânsito desnecessário produziria interrupções, diminuindo a eficiência do trabalho e levando ao aumento de custos. Esse item diz respeito também aos usuários: “As caminhadas e o vaivém de pessoas serão sempre prejudiciais a todo o ambiente, produzindo ruído e desconforto”. (TEIXEIRA; SANTOS, 2017, p. 54).

A acessibilidade é tratada por Faulkner-Brown (1999) como um dos quesitos para a construção e manutenção dos espaços físicos das bibliotecas. O autor coloca que “[...] deve-se determinar, sem ambiguidade, um acesso à biblioteca agradável e acolhedor. Uma vez no interior, o usuário deve ser capaz de localizar imediatamente os principais elementos do edifício [...]”. (FAULKNER-BROWN, 1999, p. 86). Para tanto, é necessário um bom sistema de sinalização e nichos de serviços bem definidos. Também se faz necessário pensar na acessibilidade física, nas pessoas com deficiências diversas (deficiência perceptual, cognitiva, motora e múltipla). Para essas pessoas, o impacto se dá com a existência de barreiras que afetam diretamente nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Sobre a importância de espaços e serviços acessíveis, Melo (2006, p. 17) defende que:

Para o delineamento de uma sociedade mais inclusiva, que reconhece e valoriza as diferenças entre as pessoas, torna-se cada vez mais importante que propostas para a acessibilidade de pessoas com características específicas estejam articuladas à promoção da qualidade de vida para todos. Assim, pessoas com habilidades, necessidades e interesses variados, sejam ou não em decorrência de envelhecimento ou de deficiências, poderão ser beneficiadas por propostas de ambientes, produtos e serviços acessíveis, que não as discriminem.

Torna-se imprescindível pensar em propostas de acessibilidade para pessoas com necessidades diferentes quando se tem a ideia de uma biblioteca como espaço de interação, sociabilidade e acesso à informação. Parte dos recursos precisa ser pensado para tornar o espaço físico acessível aos usuários com necessidades diferentes.

A acessibilidade vai referir-se às questões de arquitetura, que são relacionadas a um espaço sem barreiras ambientais e físicas em todos os recintos internos e externos; ao mobiliário e equipamentos que devem oferecer segurança e proporcionar acesso autônomo às pessoas; comunicacional que compreende o uso

de comunicação visual, sonora e tátil; e a acessibilidade informacional que compreende o acesso as informações.

Segundo a NBR 9050 (2015, p. 136) sobre o que diz respeito às bibliotecas, “Pelo menos 5 %, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis [...]”. Recomenda-se que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade. A NBR também dispõe sobre a largura dos corredores, colocando que “A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura [...]”. “Entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra [...]”. (ABNT 9050, 2015). Ainda sobre o mobiliário a NBR acrescenta sobre as mesas do local:

As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem garantir um M.R¹. posicionado para a aproximação frontal. Deve ser garantida ainda circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R². As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m. Deve ser assegurada altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a P.C.R. tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície. Sempre que a mesa ou superfície de trabalho acessível for utilizada por uma única pessoa, esta pode ser adequada conforme necessidades específicas do usuário, objetivando a melhoria das condições de conforto e autonomia. (ABNT, 2015, p. 119).

A NBR 9050 ainda dispõe de outras instruções sobre mobiliário e a sinalização interna, itens importantes na organização dos espaços físicos, onde explicita a comunicação visual, que se refere a textos ou figuras; a comunicação tátil, que corresponde a caracteres em relevo, Braille ou figuras e; acessibilidade sonora, que corresponde a recursos auditivos.

A possibilidade de ampliação do espaço está ligada à flexibilidade e pode acontecer por alguns fatores, como falta de espaço para usuários, funcionários ou coleção, mudança de conceito (missão e função), ampliação da comunidade de usuários e por novos serviços. Se a biblioteca mudar seu conceito e tiver como foco a interação entre os usuários, por exemplo, tem-se a necessidade de ampliação de salas para grupos. Se as necessidades da biblioteca mudam, o

¹ M.R. – módulo de referência

² P.C.R. – pessoa em cadeira de rodas

espaço físico pode ser transformado de forma relativamente fácil quando a construção e elaboração do mesmo são realizadas de forma a levar esse fator em conta. Com um espaço flexível e passível de mudanças, trabalhar em possíveis ampliações resultaria em custos menores à instituição.

Os quesitos “variedade” e “organização”, citados por Faulkner-Brown (1999), podem ser pensados de forma conjunta, pois a variedade se refere à diversidade de estruturas para dispor do acervo e para acolher os usuários de acordo com as suas necessidades distintas, “[...] que variarão notavelmente, dependendo do tamanho, da função e localização da biblioteca.” (FAULKNER-BROWN, 1999, p. 86). Com uma variedade de estruturas, se faz necessária a organização tanto do acervo quanto dos serviços disponibilizados.

Em relação aos espaços dentro da biblioteca, o quesito variedade corresponde às funções básicas de uma unidade de informação, como os espaços para o serviço ao usuário, processamento técnico e gestão, a guarda da coleção e um espaço para encontros. Ao citar a norma ISO/TR 11219/2012, Vanz (2017, p. 24) coloca que “De maneira vanguardista, a norma menciona como última função os eventos e inclui a necessidade de planejamento de áreas para encontros e exposições”.

Além desses espaços, áreas de lazer, como cafeteria ou espaço para fazer um lanche, por exemplo, onde o usuário não tivesse que se deslocar da biblioteca seria uma alternativa para fazê-lo permanecer mais tempo no local. Serra (2013) disserta sobre as privações que existem numa biblioteca, o que a torna muitas vezes um lugar não convidativo. Desde o momento em que o usuário adentra o local precisa se identificar e informar o motivo de sua visita, além das restrições relativas ao barulho, ao uso de celulares, bebidas, alimentos entre outros. Não é o caso de permitir que tudo seja aceito, até porque, a preservação e organização do acervo precisam ser levadas em conta, mas alternativas podem ser apresentadas ao usuário, como coloca Serra (2013, p. 16):

[...] por que não oferecer um local dentro da biblioteca onde ele possa fazer uma pausa para um café ou lanche? Cafeterias são usuais em livrarias atualmente, e, além de ser um espaço de descontração, são fontes de renda. Evidentemente uma biblioteca não será administrada com lucros advindos de sua cafeteria, mas por que não oferecer mais este serviço ao usuário, sem que ele tenha que sair do espaço – retirando o material que foi depositado

nos guarda-volumes – para um pequeno intervalo? Por que não tornar o espaço da biblioteca, além de um local de estudo e pesquisa, mas em um ambiente de lazer e conforto, onde não é proibido utilizar celulares, conversar, ingerir alimentos e bebidas, em áreas específicas e que não prejudiquem a preservação do acervo e conforto de outros usuários?

Permitir ao usuário essa liberdade fará com que ele se aproprie do espaço da biblioteca, colaborando assim com o cuidado e preservação do lugar, pois ele se enxergará como pertencente do local e responsável pela manutenção do mesmo.

Ainda sobre esse item, a organização física das coleções deve favorecer seu acesso pelos usuários que se sentirão mais confortáveis e independentes no momento de consultá-las. A organização pode ser percebida no princípio do fluxo progressivo, apresentado por Teixeira e Santos (2017), quando colocam que esse ponto pode ser visto sob o enfoque do fluxo de pessoas e materiais. Com o acervo organizado de maneira fácil e clara aos usuários, com estruturas organizadas e uma boa sinalização, o fluxo de pessoas no espaço se torna fluído, evitando congestionamentos.

O item conforto abrange aspectos como temperatura, umidade, acústica, iluminação e mobiliário. Faulkner-Brown (1999) aponta que uma temperatura amena e constante seria ideal, assim como o nível de umidade. A iluminação deve ser agradável tanto para os leitores quanto ideal para a preservação do acervo. As salas de estudo precisam ter um sistema eficiente de acústica para preservar a concentração dos usuários e o mobiliário deve ser confortável e ergonômico ao mesmo tempo. Todos esses fatores abarcados pelo conforto ambiental são imprescindíveis para atrair os usuários e para que os mesmos permaneçam no espaço. Barbalho (2017, p. 16) justifica a importância do conforto ambiental quando disserta sobre o espaço físico da biblioteca:

O seu espaço interior é criado para funcionar como um oásis de tranquilidade que se contrapõe ao mundo da rua, dos carros, do barulho, ao calor do asfalto ou à umidade de dias frios e à acelerada pressa do transeunte. [...] Ao dirigir-se para o interior da biblioteca o usuário rompe a barreira com o mundo exterior, deixando-se ser manipulado pela tentação de uso de um ambiente agradável e capaz de dinamizar sua busca pelo saber.

O conforto se faz primordial para determinar a boa experiência do usuário com a biblioteca e, se assim for, ele continuará buscando seus serviços e frequentando seu espaço, porém, esses itens que dizem respeito ao conforto precisam ser constantes. Isso diz respeito a outro quesito proposto por Faulkner-Brown (1999): o meio ambiente constante. Sobre este, o autor afirma que o conforto ambiental se faz necessário tanto para o acervo quanto para as pessoas. A uniformidade e constância nos níveis de iluminação, climatização, ventilação e ruído criarão um ambiente confortável e adequado para a biblioteca.

Outro ponto a ser observado no planejamento dos espaços é a segurança. Faulkner-Brown (1999) refere-se à segurança do acervo no que diz respeito a furtos e vandalismos. O autor propõe limitar a saída e entrada de usuários a um único acesso, além de citar a aquisição de sistemas de detecção eletrônicos. A questão da segurança do acervo está ligada ao princípio da integração, apontado por Teixeira e Santos (2017), pois este vai falar sobre o espaço sob uma visão global e dinâmica, incluindo todos os recursos (financeiros, humanos e materiais) assim como os serviços e usuários. Esses recursos integrados levam a um espaço mais funcional e dinâmico, sendo possível ter um controle maior sobre o que está acontecendo, principalmente se a biblioteca dispuser de um design aberto, pois isso facilitaria a vigilância da maioria das áreas que compõem o espaço. O quesito segurança também corresponde à prevenção de sinistros como incêndios e inundações, sendo ideal pensá-los no momento da elaboração dos espaços e no programa de necessidades.

O quesito economia é o último item proposto por Faulkner-Brown e resulta na observação dos itens anteriores. O custo para ter um ambiente uniforme e constante é grande, por isso, segundo o autor “Devem-se considerar todos os procedimentos aceitáveis que permitam reduzir os custos sem prejudicar a qualidade do serviço” (FAULKNER-BROWN, 1999, p. 88). Para Almeida (2005, p. 118-119), esse princípio não se refere somente ao custo da construção, mas também da manutenção:

Não são raras as soluções arquitetônicas, ou de mobiliário e instalações que implicam altos custos de manutenção onde não há recursos sistemáticos para isso, como em órgãos da administração pública. A conseqüente falta de manutenção acarreta a deteriorização do edifício, prejudica o acervo e afasta o público.

Assim como Faulkner-Brown (1999), Almeida (2005, p. 119) também defende a ideia de sustentabilidade, considerando procedimentos aceitáveis e simples, tais como “[...] melhorar a ventilação natural, maximizar o uso da luz do dia, empregar materiais que facilitem a limpeza, dentre outros [...]”. Esses procedimentos diminuiriam os custos de manutenção do espaço e propiciariam a outros itens maiores investimentos de acordo com as necessidades da biblioteca.

Todos os apontamentos de Faulkner-Brown (1999) sobre os espaços físicos são abordados por outros autores da área de Biblioteconomia. Teixeira e Santos (2017) colocam que a missão da biblioteca é suprir as necessidades dos usuários. Novamente temos como norteadores: as pessoas, o acervo e as instalações físicas. Sobre essa relação, Teixeira e Santos (2017, p. 53) colocam que:

Numa relação acervo/aceso qualificada é imprescindível haver uma adequação entre as necessidades de informação dos usuários, os serviços prestados para atendimento das mesmas e os recursos disponíveis para tal. Entretanto, essa adequação está atrelada à função específica de cada tipo de biblioteca, seja escolar, universitária, especializada, pública ou especial. Portanto, o desenho físico do prédio da biblioteca deve ser orientado por sua função, isto é, pelas características do trabalho desenvolvido e das pessoas que a usarão.

É desejável que todos os espaços físicos atendam certas recomendações, mas sem deixar de observar para quem servem e quais são seus serviços específicos. É imprescindível que ao se cogitar uma nova distribuição dos espaços e de seus componentes, não se perca de vista que é a informação que alimenta a cultura contemporânea e a biblioteca é uma tradução simbólica desse fato. Teixeira e Santos (2017, p. 53) citam que por isso é necessário que “[...] a composição de seus espaços reflita esse simbolismo sem fugir à realidade em que está imersa”.

Assim como Faulkner-Brown (1999) e Teixeira e Santos (2017), Vanz (2017) complementa as ideias para a elaboração de um espaço físico com observações sob o ponto de vista da Norma ISO 11219/2012, que corresponde ao design de bibliotecas. Essa norma atende as necessidades de todos os tipos de bibliotecas no que se refere à iluminação, acústica, ergonomia, acessibilidade, segurança e sustentabilidade. A autora atenta que a reforma ou ampliação não “[...] acontece só pela necessidade de ampliação do espaço físico, mas também devido às

mudanças nas atividades, nos serviços oferecidos e no público atendido” (VANZ, 2017, p. 23).

A Norma ISO 11219/2012 sugere algumas ações que têm por objetivo criar um espaço confortável, seguro e ergonômico. Ela divide a biblioteca em seis espaços diferentes para a organização dos serviços: espaço para usuários, serviço de referência, circulação de documentos, espaço para coleções, processamento técnico e espaço para eventos. O que define os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca é a sua missão e a população a que ela atende, lembrando que, em geral, em relação aos espaços, “[...] normalmente qualquer biblioteca consegue aplicar de forma adequada o conceito de zonas, que permite organizar os espaços de acordo com as necessidades dos usuários [...]”. (VANZ, 2017, p. 25). Os principais fatores que interferirão no espaço requerido são:

- a) tipo e tamanho das coleções (livros, periódicos, audiovisuais, documentos raros, coleções digitais, etc.);
- b) organização do acervo (acervo aberto ou fechado, organização do acervo por ordem de aquisição – a conhecida coleção fixa – ou por classificação temática);
- c) políticas de uso (uso local, empréstimo ou acesso remoto);
- d) serviços oferecidos (empréstimo, referência, treinamento de usuários, eventos, espaços de *learning centres* ou *information commons*);
- e) disponibilidade de terminais de autoatendimento;
- f) atendimento a grupos específicos: público infantil, jovens, pessoas com baixa visão, etc.

A observação desses fatores no planejamento físico de uma biblioteca, assim como os seis espaços colocados pela norma ISO 11219/2012, leva a um ambiente mais funcional e ergonômico. Acrescenta-se a essas indicações, os dez requisitos apresentados por Faulkner-Brown (1999) e os quatro princípios de leiaute colocados por Teixeira e Santos (2017) para a criação de um espaço físico que atenda as necessidades dos usuários, que seja confortável, ergonômico, acessível e econômico. Tendo em vista que a biblioteca é um espaço de interação, que necessita de transformações para acompanhar os avanços tecnológicos e as diferentes necessidades dos usuários, a norma ISO 11219/2012 sugere um espaço físico dinâmico e multifuncional, atribuindo uma nova identidade a ele:

Na concepção da norma ISO/TR 11219 é muito vantajoso que a biblioteca divida espaço com outras instituições para atrair novos

usuários, para se incluir na sociedade, para utilizar melhor as competências dos funcionários e para dividir espaços para encontros e eventos. Presume-se que duas ou mais instituições no mesmo prédio vão atrair mais visitantes do que uma só. As bibliotecas podem dividir o prédio com estabelecimentos como cafés, cinemas, instituições de serviços à comunidade, galerias, lojas, museus, centros de esporte e academias, escolas, *learning centres* e *informations commons*, centros de informação ao turista, entre outros. A relação entre a biblioteca e outro estabelecimento pode ser de mútua cooperação, incluindo a divisão de salas, facilidades e compartilhamento de funcionários. (VANZ, 2017, p. 25).

Como é possível perceber, as bibliotecas são mais que meros espaços para abrigar o acervo. Com as inovações tecnológicas relacionadas à informação as mesmas ganharam outros atributos, como por exemplo, servir de espaço para interação entre usuários e proporcionar atividades diversas. Apesar dessas transformações, a biblioteca ainda precisa ser pensada de forma que preserve seu acervo, forneça segurança às pessoas, permita um fluxo dinâmico de trabalho e espaços de estudos individuais.

Porém, o foco no usuário e em suas atividades, principalmente em grupos, como criadores de novas informações, precisa ser levado em conta, pois estar atento as suas necessidades é um ponto importante para atraí-los e justificar a existência do espaço. Para tanto, esses ambientes necessitam de mudanças ou reformas que podem atingir cada nicho dentro da biblioteca (processamento técnico, acervo, salas de estudos e referência). Essas reformas exigem certo valor e a relação custo/benefício deve ser pensada, principalmente pela escassez de verbas que muitas bibliotecas passam, além da manutenção de todo o espaço.

Uma possível alternativa de captação de verbas para ampliações e reformas das bibliotecas são os editais públicos e privados, propostos por instituições dispostas a financiar setores da cultura no país. Normalmente, esses editais se dividem em duas vias: captação de verbas para projetos de incentivo à leitura e captação de verbas para a melhoria dos espaços físicos e toda a sua estrutura. Nesse segundo caso é que se encaixam as bibliotecas que necessitam de reformas ou ampliações para tornar seus espaços ainda mais atrativos e voltados para as necessidades cada vez maiores de seus usuários.

Para pessoas físicas e jurídicas existe também a possibilidade de enviar projetos ao Ministério da Cultura, que através da Lei Rouanet, utiliza a forma de

incentivos fiscais para beneficiar tanto bibliotecas públicas quanto privadas, além de outros setores da cultura.

Na seção seguinte é apresentado o referencial teórico que serve como base para a discussão sobre o modelo de financiamento por editais públicos e privados.

2.2 EDITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS COMO ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO PARA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS BIBLIOTECAS

No Brasil, no que diz respeito à legislação, as bibliotecas ganham respaldo através de leis que fomentam e garantem a cultura como um direito constitucional. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), criada em 1945 com a finalidade de constituir-se num sistema de cooperação permanente e multilateral para a educação, ciência e a cultura, é uma das organizações mais importantes no âmbito cultural e educacional. O princípio que lhe deu origem era a ideia de que a paz não viria somente de acordos econômicos e políticos, mas também da “[...] solidariedade intelectual e moral da humanidade”. (PITOMBO, 2007, p. 120).

O intelecto e a humanidade constituem a cultura e a mesma se transforma através de ambos. Durante os 60 anos de existência, quatro grandes períodos nortearam as ideias que formaram o conceito de cultura operado pela Unesco: Cultura e Saber; Cultura e Política; Cultura e Desenvolvimento e Cultura e Democracia. Sob a perspectiva da cultura relacionada com a informação e a Biblioteconomia, a ideia de Cultura e Saber se ajusta melhor. Pitombo (2007, p. 120) explica que:

Nesse sentido, o conceito de cultura está referido, sobretudo, àquela noção mais restrita que entende a cultura como o acúmulo de saber, refletida nas produções artísticas e intelectuais. Nesse momento, o conceito acionado ainda não evocava a ideia que hoje prevalece no seio da instituição, qual seja: a cultura entendida como um conjunto de diferentes modos de pensar, ser ou sentir – ou seja, um dispositivo capaz de forjar uma identidade própria ao tempo em que constitui diferenças.

Já Oliveira (2016, p. 181), coloca duas observações sobre como a cultura precisa ser vista do ponto de vista da Biblioteconomia. A primeira observação da

autora diz que “[...] a cultura é dinâmica e processual e não um conjunto cristalizado de valores e práticas, perspectiva fundamental para compreender e atuar no campo da cultura e da informação”. Temos então a cultura como algo em constante movimento, ótica imprescindível para compreendê-la no contexto da Biblioteconomia. A autora diz que “[...] a proteção da diversidade cultural não visa à manutenção do status quo, mas as condições que garantam a continuidade de seu desenvolvimento, a preservação e a ampliação das condições que a viabilizam”. (OLIVEIRA, 2016, p. 16). A segunda observação nos diz que:

“[...] o discurso da diversidade cultural não pode ocultar as desigualdades, o que significa que a gestão da diversidade cultural deve ter como meta o incremento crescente desta diversidade simultaneamente à diminuição das desigualdades. Como definir políticas, programas e ações nesta perspectiva é discussão de máxima importância” (OLIVEIRA, 2016, p. 181).

Dessa forma temos as bibliotecas como organismos de grande importância, pois é sabido que a informação e o conhecimento levam a diminuição das desigualdades sociais e intelectuais e, por isso, devem ser espaços abertos a todos. Manter essa ideia como uma das missões das bibliotecas é importante para alimentar a diversidade cultural e colaborar para o crescimento pessoal dos indivíduos, e logo, da sociedade. Para conservar esses espaços e melhorá-los, são necessárias, entre outras coisas, um número grande de verbas, mas é sabido que no Brasil as bibliotecas passam por seguidas crises financeiras. Existem formas diversas e interessantes para que seja possível a captação de verbas, tanto para a melhoria dos espaços físicos, quanto para aquisição de acervo e incentivo à leitura.

A Lei Rouanet, por exemplo, talvez seja a forma de incentivos mais conhecida, porém, não é a única maneira que as bibliotecas podem alcançar investimentos para a melhoria de seus espaços. É possível buscar parcerias em universidades, com outras bibliotecas, em órgãos públicos e privados, além de construção de alianças e parcerias com outros equipamentos culturais e educacionais, visando o intercâmbio de práticas, materiais e recursos.

As formas de financiamento podem ser por meio do Estado (que tem a responsabilidade de fomento da cultura e a distribuição do conhecimento), que são as bases do progresso humano; através do investimento social privado onde os cidadãos e instituições privadas tornam-se agentes do desenvolvimento da

sociedade e; do patrocínio empresarial, estratégia de construção de marcas e relacionamento com o público através de determinadas ações que geram associação. Cesnik (2008) resume os mecanismos de fomento à cultura e ao esporte em: recursos públicos (federais, estaduais e municipais), incentivos fiscais (da União, no imposto de renda e outros dos Estados), no ICMS (dos Municípios, no ISS e/ou IPTU) e recursos privados.

Os recursos públicos provêm de cada ente público (Ministério da Cultura ou Esporte, Secretarias Estaduais e Municipais), que tem uma fatia do seu orçamento dedicada à atividade cultural e esportiva e onde alguns possuem fundos específicos para financiamento direto. Os incentivos fiscais são estímulos advindos do governo que permitem a viabilização de empreendimentos estratégicos em várias áreas, como a cultura, esporte, economia e áreas sociais. Têm por função a melhoria da distribuição de renda regional. O art. 174 da Constituição Federal de 1988 considera que como agente normativo e regulador da atividade econômica “[...] o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado”. (BRASIL, 2016, p. 109).

Já como indicativo para o setor privado, as leis de incentivo fiscal se mostram muito atrativas, pois através delas valores são abatidos do imposto de renda, entre outros benefícios. Para o Estado também se mostra positivo, pois assim é possível dividir com o setor privado o ônus da promoção do acesso e incentivo à cultura que lhe foi imposto constitucionalmente, como está descrito no art. 23, inciso V da Constituição Federal “[...] é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. (BRASIL, 2016, p.31).

A ideia dos incentivos fiscais não é nova e abre muitas possibilidades para projetos que incentivem a cultura e a educação, porém possui um caráter neoliberal e que passa a responsabilidade do Estado da promoção da cultura para a iniciativa privada. O governo abre mão de parte dos impostos que recebe (de pessoas ou empresas) para destinar a projetos diversos. Pessoas e empresas, através da dedução de impostos, podem optar por destinar uma parte do imposto devido, que teriam de pagar ao governo, para projetos culturais, esportivos e sociais à sua escolha. Como explica Gruman (2010, p. 149):

Nas décadas de 1980 e 1990, com a alvorada da redemocratização, as políticas públicas para a cultura caracterizaram-se pelo que se conhece por “Estado mínimo”, ou seja, a intervenção estatal no sentido de democratizar a cultura é diminuída em favor do mercado, que passa a definir para onde os recursos privados serão encaminhados. Entramos na fase dos incentivos fiscais (Lei Sarney e Lei Rouanet), que têm por objetivo atrair investimentos das empresas privadas para a área da cultura, oferecendo como contrapartida deduções no Imposto de Renda devido.

Dessa forma, é possível entender que a verba proveniente dos incentivos fiscais é dinheiro público, mas que vem em forma de renúncia fiscal. A crítica a esse modelo é justamente essa: o dinheiro é público, mas quem decide como vai aplicá-lo é a iniciativa privada, uma vez que os recursos da renúncia fiscal previstos pela lei são públicos por serem parte do imposto de renda devido pelas empresas e contribuintes ao governo. É dessa forma que o estado permite que o setor privado decida onde os recursos serão investidos. O resultado disso, como mostra Gruman (2010, p. 50) é que:

Fica estabelecido um conjunto de áreas de produção cultural para os quais podem ser apresentadas propostas de trabalhos a serem patrocinadas. O que ocorre com mais freqüência é a concessão do patrocínio a projetos que tenham forte apelo comercial, ou seja, os que permitam que a empresa patrocinadora os utilize como marketing cultural. O resultado desse processo é que passa a caber à iniciativa privada a decisão sobre uma grande parcela da produção cultural do país.

Por esses argumentos que surgem as críticas relativas aos incentivos fiscais, sobretudo, pelo fato dos críticos colocarem que a cultura seria tratada dessa forma como mercadoria.

O papel do Estado é proporcionar os meios de acesso à cultura, quando esses meios se concentram na iniciativa privada, mesmo que com dinheiro público, não fica garantida a igualdade de acesso e a diversidade de tantas formas de cultura que temos como bibliotecas, museus, teatros, espetáculos circenses, música, cinema entre outros. É de conhecimento geral que os recursos gerados pelo mercado de consumo não suprem a diversidade e a complexidade cultural, sendo necessárias outras fontes de financiamento.

Em relação aos incentivos oferecidos por empresas privadas, o que acontece muitas vezes é que “[...] doações ou patrocínios costumam resultar de decisões tomadas com o objetivo de um retomo de prestígio para a imagem da empresa e/ou de seus produtos” (DURAND, GOUVEIA, BERMAN, 1997, p. 39). Assim, o investimento serviria para “qualificar” as ações da empresa com o mercado e sociedade.

Todavia, o incentivo fiscal, por mais críticas que receba, é uma alternativa que pode ser muito proveitosa para as bibliotecas, pois as mesmas podem enviar projetos de seu interesse, sejam para aquisição do acervo, para o incentivo à leitura ou melhoria de seus espaços. Esses projetos passam por uma análise e, se aprovados, as instituições podem passar a captar recursos através de empresas privadas ou públicas.

Os incentivos podem ser de pessoa jurídica ou de pessoa física, através de vários mecanismos, mas como lembra Cesnik (2008, p. 326):

Primeiramente, importante salientar que o dispositivo legal fixa o teto de abatimento para cada tipo de mecenas, limitado a 6% do IR devido pela pessoa jurídica e 6% da pessoa física. Este é o teto que as pessoas físicas ou jurídicas podem investir nas atividades de cultura e esporte.

Dos 6% do IR da pessoa jurídica têm-se os seguintes limites: até 1% pode ser vertido para o esporte, até 1% para o fundo da criança e do adolescente e até 4% para a cultura (aqui engloba-se até 4% do imposto de renda para a Lei Rouanet, até 3 ou 4% para a Lei do Audiovisual e até 3% para os Funcines).

No caso das pessoas jurídicas, os benefícios fiscais são exclusivos das empresas tributadas com base no lucro real. Aquelas que forem tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado estão vedadas de se beneficiar de incentivo fiscal à cultura ou ao esporte, conforme previsto no art. da Lei 9.532/97.

Entender esses valores é fundamental para a compreensão de como são aplicados os incentivos fiscais da pessoa jurídica, no qual, a Lei Rouanet é o principal instrumento e onde as bibliotecas possuem amparo. Esse amparo surge da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986 e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Esse programa é implementado através de três mecanismos: Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e Incentivo a projetos culturais. No que diz respeito às bibliotecas, a Lei garante a

preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante construção, formação, organização, manutenção, ampliação, assim como aparelhar museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos. Assegura também o fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos e outras entidades de caráter cultural. O art. 25º, inciso VII, da Lei 8.313, de 1991, especifica sobre a apresentação dos projetos aptos a participar:

Art. 25. Os projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, objetivarão desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, que permitam o conhecimento dos bens de valores artísticos e culturais, compreendendo, entre outros, os seguintes segmentos:

I - teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

II - produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

III - literatura, inclusive obras de referência;

IV - música;

V - artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;

VI - folclore e artesanato;

VII - patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

VIII - humanidades; e

IX - rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial. (BRASIL, 1991, não paginado).

As bibliotecas estão incluídas nos segmentos citados na Lei, no que tange tanto o seu acervo e projetos de incentivo à leitura quanto o seu espaço físico, que necessita ser acessível, ergonômico, confortável e atrativo para conquistar seus usuários e proporcionar uma boa experiência com a biblioteca e o acesso à informação.

Em meio a algumas críticas sobre a Lei Rouanet, a argumentação que a defende é a de que ela diminui a burocratização do Estado. O art. 215 da Constituição Federal coloca que “[...] o estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 2016, p. 122).

González (2001) afirma que a Lei Rouanet vem ao encontro desse dever constitucional, tendo sido muito feliz na escolha do melhor caminho para a realização de tal incumbência. Sob outra perspectiva, o autor defende o financiamento dos projetos culturais através do setor privado:

A adoção de incentivos fiscais para o financiamento direto dos projetos culturais junto ao setor privado evita a passagem dos recursos pela máquina burocrática estatal, com seus percalços e desvios costumeiros, confluindo, ainda, com a tendência mundial de valorização, pelas empresas privadas, do marketing cultural como forma de identificação com as comunidades em que estão inseridas. Dessa forma, o estado aproveita para dividir com o setor privado o ônus da promoção do acesso e incentivo à cultura lhe imposto constitucionalmente. (GONZÁLEZ, 2001, p. 118).

Os incentivos fiscais advindos da Lei são captados através do mecenato, que é o incentivo e patrocínio a artistas e a cultura e que frequentemente assume a forma de deduções nos impostos devidos de pessoas físicas ou jurídicas como compensação por gastos efetuados com o apoio a práticas culturais. Os contribuintes denominados “incentivadores” são traduzidos pelas figuras de doador ou de patrocinador, que são as duas principais modalidades cobertas pelos incentivos. Contudo, para o abatimento desses investimentos é necessário que os projetos financiados estejam previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

O teto para a renúncia fiscal destinado aos benefícios federais da Lei Rouanet, por exemplo, assim como o teto da Lei do Audiovisual, são estabelecidos pelo governo federal através de decreto com base no orçamento anual. Olivieri (2004) apresenta alguns dados a partir de 1998, quando se estabeleceu o valor de R\$ 160 milhões por ano, porém, “[...] deve ser esclarecido que o montante da renúncia corresponde ao total que será disponibilizado de verba pública nos projetos culturais, não compreendendo a contrapartida do incentivador”. (OLIVIERI, 2004, p. 109). Analisando em números, por exemplo, é apresentado um estudo realizado de 1996 a 2000. No período estudado, foram analisados projetos que apenas se viabilizariam através de incentivo fiscal previsto na Lei Rouanet:

No período estudado (1996 a 2000) encontramos um universo de 17.356 projetos, sendo que apenas 13.543 (78,03%) foram aprovados e 4.099 (23,61%) captados, restando, portanto, 76,39% de projetos não realizados (OLIVIERI, 2004, p. 112).

É necessário observar que os termos têm significados distintos. O termo “apresentação” significa o ato de o produtor (pessoa física ou jurídica) apresentar ao Ministério da Cultura seu projeto. Quando se diz “aprovado”, significa que o Ministério da Cultura considerou o projeto aprovado para a captação de patrocínio ou doação com os incentivos fiscais. Existe certa dificuldade na fase de captação de verbas, já que as empresas podem escolher a quem vão financiar. Assim, o projeto precisa bem feito, além de delegar essa tarefa a pessoas que conheçam a área. Durand, Gouveia e Berman (1997, p. 39) colocam que:

Para a busca de doações e patrocínios, costumam ser necessários profissionais especializados em dar a iniciativas culturais o formato de projetos de interesse empresarial. Esse trabalho inclui, entre outros aspectos, a habilidade e a sensibilidade em localizar pontos de afinidade entre o evento ou o bem cultural para o qual se procura recursos e a posição que determinada empresa ocupa ou pretende ocupar no mercado, em termos de tamanho, ramo de atividade, perfil de público consumidor etc.

Criando uma boa relação com as empresas incentivadoras o processo de apoio tende a se repetir, criando-se parcerias e mantendo os investidores. Durand, Gouveia e Berman (1997, p. 39) acrescentam sobre a relação de profissionais capacitados para a busca de investimento e as empresas financiadoras:

[...] como resultado de uma prática que se rotiniza e que tende a atrair um número crescente de empresas, esse sistema costuma favorecer o surgimento de associações para orientar os empresários em suas decisões em matéria de doações e patrocínios. Ao enaltecer as virtudes do patrocínio cultural, ao estimular o debate do assunto e ao divulgar estatísticas a respeito, tais associações ajudam a aumentar o número de empresas que patrocinam a cultura.

É necessário que os bibliotecários atuantes conheçam, além das instituições que ofertam editais, as empresas apoiadoras das áreas da cultura, para que dessa forma saibam onde buscar investimentos. Outras observações podem fazer a diferença nesse momento, como definir exatamente a verba necessária para a realização da ação, pesquisar os potenciais doadores, criar um banco de dados, elaborar uma proposta bem estruturada e com orçamento definido, montar uma boa apresentação sobre a proposta, realizar contatos posteriores e encaminhar agradecimentos, além de prestar contas.

Os recursos privados podem ser captados através de empresas ou cidadãos. Olivieri (2004, p. 36), afirma que “No Brasil, a prática de doação para atividades de natureza social, esportiva e cultural está sendo iniciada”. Os cidadãos ainda enxergam a disponibilização de verbas para estas atividades como obrigação do Estado através de impostos pagos. Independente de como o país encara esse setor, é importante se ter conhecimento e saber aproveitar as alternativas que são apresentadas, sejam da iniciativa pública ou privada.

Com essas alternativas existentes, se faz necessário que os bibliotecários atentem-se às formas de captação de verbas, visto que as bibliotecas brasileiras passam por seguidas crises financeiras:

Além disso, é importante ficar atento e pesquisar constantemente outras fontes de recursos, como editais públicos, de nível federal, estadual e municipal, além de editais privados, de empresas e fundações que apoiam iniciativas voltadas à democratização do acesso ao livro e à leitura. (BRASIL, 2016, p. 33).

Para facilitar o acesso às informações sobre o andamento de projetos enviados ao Ministério da Cultura, os dados dos mesmos e também como uma forma de prestação de contas do mecanismo de renúncia fiscal, o governo federal disponibiliza na página do Ministério da Cultura (MinC), o Portal de Visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC) cujos objetivos são: fornecer por meio de consultas, relatórios e extração de dados, inclusive na geração de arquivos, acessar e tratar as informações sobre os projetos beneficiados e possibilitar que o cidadão participe da fiscalização e da avaliação do mecanismo de incentivo fiscal à cultura (BRASIL, 2018).

Por meio do portal SALIC é possível ter acesso as informações dos projetos, informações dos proponentes e acesso a informações sobre pessoas físicas e jurídicas que patrocinam e/ou doam recursos aos projetos, além de comparativos sobre dados de incentivo fiscal à cultura. Este é o portal utilizado para desenvolver uma parte deste estudo, conforme relatado a seguir, na seção de procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza básica, pois não possui aplicação prática prevista e com abordagem qualitativa, visto que os dados coletados são descritos e servem para a compreensão do problema. Quanto os objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, já que visa descrever as características de determinada população, no caso, as instituições que ofertam editais que tem por objetivo investir nos espaços físicos das bibliotecas. O procedimento utilizado para a coleta de dados foi a análise documental, pois a mesma se vale de materiais que ainda não sofreram tratamento analítico ou que podem ser reelaborados, nesse caso, os dados encontrados nos sites das instituições. De acordo com Gil (2003, p. 133) são algumas características da pesquisa qualitativa:

A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

De acordo com Gil (2003, p. 42) o estudo descritivo é ideal para uma pesquisa qualitativa, visto que “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esse aspecto é fundamental para responder os objetivos desta pesquisa, assim como o procedimento utilizado para a coleta de dados: a análise documental. Segundo Gil (2002) muitas são as vantagens desse tipo de análise, como o benefício de os documentos se constituírem como fonte rica e estável de dados. Outra vantagem é seu custo, visto que exige apenas disponibilidade de tempo, se comparado a outros tipos de pesquisas. Uma próxima vantagem apresentada por Gil (2002, p. 46) é a de que a análise documental não exige contato com os sujeitos da pesquisa, pois “É sabido que em muitos casos o contato com os sujeitos é difícil ou até mesmo impossível. Em outros, a informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato”.

Para a coleta de dados deste trabalho foram utilizados dois procedimentos: o primeiro foi a escolha das instituições a serem analisadas que se deu através da lista disponível na seção 2.2.4 do livro *Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador* (BRASIL, 2016). A lista inclui, além das instituições que ofertam editais, instituições que são fontes de informações sobre eles. São elas:

- a) Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNPB), ligado ao Ministério da Cultura (www.snbp.culturadigital.br);
- b) Fundação Biblioteca Nacional (FBN) (www.bn.gov.br);
- c) sites dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas;
- d) órgãos de classe como o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB; www.cfb.org.br) e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (Febab; www.febab.org.br);
- e) sites de Ministérios e Secretarias Estaduais, principalmente de Educação, Cultura, Direitos Humanos;
- f) Instituto C&A (www.institutocea.org.br);
- g) Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE) (www.gife.org.br);
- h) Fundação SM (<http://www.edicoessm.com.br/#!/fundacaosm>);
- i) Fundação Santillana (www.fundacaosantillana.org.br);
- j) Instituto Pró-Livro (www.prolivro.org.br).

As instituições a, b, f, g, h, i e j foram escolhidas para serem analisadas. Os sites que fazem divulgação dos editais, como os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e os sites de Ministérios e Secretarias Estaduais, principalmente de Educação, Cultura, Direitos Humanos, assim como os órgãos de classe (Conselho Federal de Biblioteconomia e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários), não foram analisados por este trabalho.

A pesquisa foi feita nos meses de abril e maio de 2018, quando se consultou o site de cada instituição a fim de levantar os dados necessários. Foi feita uma leitura prévia das seções disponibilizadas em cada página com a intenção de localizar alguma informação sobre editais que já foram ofertados ou que estavam em andamento. Todos os sites pesquisados estavam ativos.

Na pesquisa, não foi possível manter um padrão de palavras-chave para usar no momento de busca nos sites consultados, visto que cada um possui uma interface de pesquisa diferente. Nem todos possuíam uma seção própria para editais, dessa forma, foi verificado cada seção disponível, além de colocar no campo de busca da página os termos “edital” e “editais”. Dessa forma, além dos termos já citados, foram utilizados outros meios de busca individuais em cada análise, conforme descrito a seguir.

Na primeira Instituição, SNBP, os termos específicos que foram usados para a coleta de dados foram “editais”, que possui uma seção própria no site, e analisando o restante da página, foi encontrada uma seção “Informação”, que fornecia um *link* para “Recursos e apoios”. Esses dois itens forneceram dados para o que se propõe esta pesquisa.

Na pesquisa da FBN foi localizada uma seção para “editais”, onde foi feita a coleta de dados. Na página inicial desse item, existe uma lista dos últimos editais oferecidos, assim como suas datas de encerramento, organizados cronologicamente. Num segundo momento, foram utilizadas categorias para o refinamento da busca: bibliotecas públicas, edital e editais, programas de apoio, espaço físico e mobiliário.

Na pesquisa do Instituto C&A, depois de uma leitura prévia sobre as informações contidas e nas seções disponíveis no site não foram encontrados resultados para editais relacionados com bibliotecas. No campo de pesquisa foi colocado o termo “edital”, mas nenhum resultado de interesse foi encontrado. Logo, foi feita a pesquisa com o termo “biblioteca”, onde apareceram dois resultados.

No site da GIFE foi possível encontrar um quadro onde constam as redes temáticas que são apoiadas pela GIFE e as áreas de atuação das organizações beneficiadas. Esse quadro foi consultado para verificar se existia uma linha de atuação que abrangesse as bibliotecas. As áreas apresentadas são: cultura, desenvolvimento local, garantia de direitos da criança e do adolescente, gestão institucional, *grantmaking*, investimento social familiar, leitura e escrita de qualidade para todos, narrativas, negócios de impacto social, políticas públicas e saúde. Foram analisadas as áreas de cultura, leitura e escrita de qualidade pra todos e políticas públicas, a fim de encontrar alguma informação sobre financiamento às bibliotecas. Após essa verificação foi explorada a seção “notícias”, onde se encontrou uma subseção “editais”. Na página é possível acessar um espaço

dedicado a “central de editais”, onde os mesmos aparecem listados, organizados a partir do mais recente. É possível refinar a busca por data de encerramento, nome ou descrição, local, área de interesse ou fonte de financiamento. Para pesquisar editais voltados às bibliotecas foi analisada toda a página de editais e colocada a palavra “biblioteca” na busca pela página.

Na página no Fundação SM não foi encontrado nenhuma seção relacionada a editais. Após, no campo de busca, foi colocado o termo “edital”, onde se obteve um resultado.

Na pesquisa do site da Fundação Santillana foi encontrada a seção “ações”, onde continham informações sobre editais.

Para a coleta de dados realizada no site do Instituto Pró-Livro foi verificada a seção “Nossa atuação”, onde o item “projetos” foi pesquisado. Nenhuma das seções disponíveis remeteu a alguma informação sobre edital. No item “Dicas”, foi verificada a seção “Financiamento a projetos”, mas nada constou na mesma. Como última alternativa foi colocado o termo “edital” no campo de busca.

A pesquisa buscou levantar o maior número de informações sobre os editais encontrados, porém, dados como os aspectos a serem atendidos por cada edital, ano de publicação, existência de periodicidade e valores disponibilizados tiveram maior atenção.

Quanto ao tratamento dado aos editais obtidos, foi feita uma leitura da seção “objetivos” de cada um, além de buscar dentro do documento os termos “mobiliário”, “espaço” e “ambiente”, a fim de descobrir se o edital localizado ofertava o espaço físico das biblioteca.

A fim de atingir o terceiro objetivo específico deste trabalho, na segunda parte da coleta de dados foi realizado um levantamento dos projetos enviados nos últimos cinco anos ao MinC, que tiveram por objetivo a captação de verbas para a melhoria/reforma dos ambientes físicos de bibliotecas. O recorte de cinco anos foi escolhido pelo tempo disponível para a realização desta pesquisa.

A coleta de dados partiu da análise do portal SALIC, página do governo federal que disponibiliza dados sobre financiamento de projetos em diversas áreas. É possível acompanhar cada etapa que se encontram os projetos consultados e obter dados variados. O endereço da página consultada foi: <http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>.

O primeiro passo foi entrar na seção “comparativos” e clicar na opção “De projetos apresentados”. A seguir, foi escolhida a opção para o refinamento dos resultados “Por ano, área e segmento cultural”. Em seguida, a pesquisa foi refinada por data, na qual os dados obtidos aparecem a partir de 2010. As subáreas são apresentadas dentro das grandes áreas. Dados sobre investimentos nos espaços físicos estão em duas seções “Aquis. equip. p/manut. acervos de bibliot. Públicas” e “Aquisiç. equip. p/manuten. de acervos bibliográficos”.

A seguir, o site apresenta uma listagem de todos os projetos apresentados naqueles anos. É possível clicar sobre a proposta do projeto e ver todos os detalhes sobre o mesmo, como a identificação do proponente, período de captação, situação, providência tomada, valores, entre outros.

Neste trabalho são apresentados os seguintes dados: título do projeto, identificação do proponente e valores (solicitados e aprovados).

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos através da análise dos sites de cada instituição pesquisada, antecidos por um breve histórico de cada uma delas. Os resultados são agrupados por ordem de instituição, em subseções. Em seguida, é apresentado um quadro com os dados principais que foram obtidos, a fim de facilitar sua compreensão. Na seção 4.2 são apresentados os resultados obtidos no portal SALIC, seguidos também de quadro síntese.

4.1 INSTITUIÇÕES ANALISADAS

A seguir são apresentadas as instituições analisadas e os dados obtidos sobre as mesmas, assim como as informações sobre os editais encontrados.

4.1.1 Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)

De acordo com o site da Instituição, foi através do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, que o SNBP foi instituído como um órgão subordinado diretamente à FBN, instituição vinculada ao MinC. Desde sua criação, o SNBP trabalha de maneira articulada com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, respeitando o princípio federativo, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo (SNBP, 2018).

O site do SNBP oferece a seção “editais” que remete a todos os editais lançados pelo Sistema na área de Bibliotecas, apresentados a seguir:

Edital Prêmio Todos Por Um Brasil de Leitores (2015)

Objeto: Concessão de prêmios a 80 iniciativas que contribuam para a constituição de um Brasil de Leitores. São apresentadas duas categorias de prêmios:

- Categoria A: visa à premiação de projetos inovadores em bibliotecas comunitárias/pontos de leitura que sejam voltados às boas práticas, como ações em andamento voltadas para a qualificação dos serviços oferecidos e que se constituam em efetivas soluções para questões relativas ao bom funcionamento e

a sustentabilidade desses equipamentos culturais. Nessa categoria foram selecionados 50 projetos.

- Categoria B: visa à premiação de projetos que promovam a leitura em espaços não formais, como hospitais, asilos, presídios, dentre outros. Nessa categoria foram selecionados 30 projetos.

Através desse edital, com o envio de um projeto sobre algum desses aspectos acima se torna possível receber uma premiação em dinheiro que pode ser aplicado no espaço físico das bibliotecas vencedoras. Os valores disponibilizados nesse edital foram de 1.500.000,00 para a categoria A e 900.000,00 para a categoria B.

Edital de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2015)

Objeto: Seleção de projetos culturais com vistas à celebração de convênio com o Ministério da Cultura que guardem consonância com as diretrizes e com os critérios constantes do Plano de Trabalho Anual do Fundo Nacional da Cultura. Foram apresentados projetos de instalação e/ou modernização de Bibliotecas Públicas Municipais. O valor destinado ao edital foi de R\$ 4.200.000,00 divididos entre 17 projetos selecionados.

Edital Prêmio às Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas (2014)

Objeto: Premiação e fomento de iniciativas reconhecidas como de boas práticas, ou práticas inovadoras aplicadas em bibliotecas públicas, municipais e estaduais, promovendo ações, em andamento, com a qualificação dos serviços oferecidos, a sustentabilidade desses equipamentos culturais, a difusão e o compartilhamento destas metodologias e das iniciativas pelo SNBP. O edital premiou 52 projetos com o valor de R\$ 32, 000,00 para cada um.

Edital de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas (2013)

Objeto: Seleção de projetos para ampliação e qualificação da acessibilidade em dez Bibliotecas Públicas Estaduais ou Municipais, no país. O edital tem por objetivo a acessibilidade do acervo e de equipamentos que promovam o acesso à tecnologia assistiva. Os prêmios contemplaram uma coleção de 300 livros de

literatura, em formato acessível e uma coleção de jogos e brinquedos especiais, além de um kit de equipamentos e softwares com quatro computadores de mesa, uma máquina de datilografia braille, uma impressora braille, um scanner com sintetizador de voz, uma lupa eletrônica, uma linha braille e quatro software sintetizador de voz. A acessibilidade de espaço físico não foi contemplada nesse edital.

Edital de Apoio às Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Leitura (2013)

Objeto: Ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro. Foram selecionadas cem propostas para o recebimento de prêmios no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). O edital ressaltou que os projetos enviados necessitavam se fundamentar em seis eixos: ação cultural, aquisição de bens (onde se enquadra o espaço físico), serviços, formação de pessoal, mobilização e manutenção.

Edital Mais Cultura de Apoio as Bibliotecas Públicas (2010)

Objeto: Constitui objeto deste edital o repasse de recursos financeiros a entes da administração pública de municípios e estados para investimento em projetos que se encaixem em uma das seguintes categorias: Apoio a bibliotecas públicas municipais; Implantação de bibliotecas de bairro, distritais e/ou rurais e apoio a bibliotecas acessíveis. O item 1.1.5 do edital dispõe sobre a aquisição de equipamentos, mobiliário e itens de ambiência: melhoria das condições de funcionamento da biblioteca. O item 1.1.6 dispõe sobre a reforma do espaço físico: melhoria das instalações físicas da biblioteca (pintura, consertos em instalações elétricas e hidráulicas, refrigeração, instalação de internet, adaptações no espaço físico, entre outros).

Edital Pontos de Leitura: Homenagem a Machado de Assis (2008)

Objeto: O edital propôs selecionar até 600 projetos que tivessem realizado promoção da leitura e contribuído para o fomento da prática leitora no Brasil, colaborando para a democratização do acesso gratuito aos livros, gibis e outros materiais de leitura.

Além dos editais ofertados, o site do SNBP oferece o a seção “Recursos e apoio”, onde são apresentadas outras formas para a obtenção de financiamento, porém, nenhum resultado que beneficiasse as bibliotecas foi encontrado.

4.1.2 Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

A Biblioteca Nacional (BN) é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país. Com mais de 200 anos de história, é a mais antiga instituição cultural brasileira. A BN se caracteriza como uma biblioteca “nacional” por ser beneficiária do instituto do Depósito Legal, por elaborar e divulgar a bibliografia brasileira corrente, através dos Catálogos online e por ser o centro nacional de permuta bibliográfica, com campo de ação internacional (BIBLIOTECA NACIONAL, 2018).

Após leitura, verificou-se que nenhum dos editais listados oferecia investimentos aos espaços físicos de bibliotecas. À direita do site existe um sistema de busca para localização de editais, cujos campos de refinamento são: por palavra, por situação (em avaliação, inscrições abertas e resultado) e áreas de interesse, além da possibilidade de pesquisa por ano, porém, para abranger o maior número de editais a serem analisados, não foi utilizado essa última opção de refinamento em nenhuma das tentativas.

A fim de verificar a existência de editais destinados aos espaços físicos na FBN, foram escolhidos os termos de busca: “bibliotecas públicas”, “edital e editais” e “programas de apoio”. Ao final da busca, nenhuma das seções trouxe resultados significativos, apenas um edital de seleção para a instalação de uma biblioteca pública, um edital de credenciamento para realização de serviços de exames médicos periódicos para os servidores e programa de intercâmbio de autores brasileiros no exterior. Também surgiram programas de apoio a pesquisadores negros, autores brasileiros no estrangeiro, coedição de livros de autores negros e bolsas de fomento à leitura. Depois dessa etapa, foram utilizados os termos “espaço físico” e “mobiliário”, no campo de busca geral a fim de trazer dados relevantes, porém nenhum resultado foi encontrado.

4.1.3 Instituto C&A

O Instituto C&A por meio de apoio técnico e financeiro e através da promoção de uma rede de especialistas, fortalece organizações e outros agentes de mudança. Assim, eles podem transformar a indústria da moda e permitir que seus trabalhadores possam prosperar. O foco do trabalho institucional se dá sobre cinco áreas de atuação onde acredita-se ter o maior potencial de mudança: Incentivo ao Algodão Sustentável; Melhores Condições de Trabalho; Combate ao Trabalho Forçado e ao Trabalho Infantil; Promoção da Moda Circular e Fortalecimento de Comunidades (INSTITUTO C&A, 2018).

O Instituto tem um forte trabalho com projetos. O processo de elaboração e recebimento dos projetos pode se dar via edital de seleção. Quanto à avaliação, cada proposta recebida é avaliada para garantir que esteja alinhada com as estratégias dos programas oferecidos, e dessa forma, consiga atingir os resultados previstos. Caso a ideia seja aprovada, inicia-se um trabalho colaborativo com o parceiro a fim de disponibilizar suporte no detalhamento do projeto para que resulte numa iniciativa transformadora.

A Instituição também oferece apoio a projetos. De acordo com o site, para uma instituição conseguir firmar parceria, deve fazê-lo em cinco passos: o envio da proposta resumida que é solicitada a fim de que seja feito um resumo de quatro páginas do projeto, que dará uma ideia inicial do trabalho realizado pelo proponente. Essa etapa permite saber se a proposta se enquadra na estratégia do instituto e nos programas temáticos oferecidos. Cada proposta resumida é encaminhada a uma das quatro gerências de programa, dependendo da temática da iniciativa. Cabe a essas gerências analisar o modo como a ideia contribui para os principais indicadores de desempenho. Se a solicitação for inferior a R\$ 100.000,00 a gerência do programa e a diretoria do Instituto C&A atuarão em conjunto para decidir quanto à aprovação do financiamento. Caso ele seja aprovado, a solicitação passará direto para a etapa 5 – contrato de financiamento. Caso a solicitação seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 a gerência de programa e a diretoria do Instituto C&A decidirão quanto à solicitação de uma proposta completa; o segundo passo é o envio da proposta completa, que é solicitada quando a proposta resumida é aprovada. É solicitada então, uma proposta completa de dez páginas contendo a descrição detalhada da iniciativa. O

documento deve incluir um orçamento com base em atividades. Após a submissão da proposta completa, se a solicitação de apoio for inferior a R\$ 400.000,00 a diretoria do Instituto C&A e a gerência do programa farão a análise do projeto. Se ele for aprovado, seguirá para a etapa 5 – contrato de apoio. Caso a solicitação seja igual ou maior que R\$ 400.000,00 a decisão será tomada com base principalmente na adequação estratégica da proposta; o passo três consiste na avaliação da proposta pelo Comitê de Investimentos do Instituto C&A, que analisa todas as propostas de financiamento iguais ou superiores a R\$ 400.000,00. Se a proposta é aprovada, o gerente de programa trabalhará com o proponente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou integrar quaisquer alterações recomendadas pelo Comitê. Se a solicitação for inferior a R\$ 1.825.000,00 ela passará direto para a etapa 5 – contrato de apoio; o quarto passo consiste na análise da proposta pelo Comitê de Investimentos do Instituto C&A; por fim, o passo cinco acontece quando a nota conceitual e proposta são aprovadas. Nesse caso é elaborado um contrato entre a organização proponente e o Instituto C&A, que incluirá os resultados esperados, as metas, o marco lógico ou os elementos de avaliação, bem como um cronograma de desembolsos (INSTITUTO C&A, 2018).

A pesquisa ao Instituto C&A levou a dois resultados:

Prazer em Ler

De acordo com as informações obtidas, o projeto beneficia ações de leitura em bibliotecas comunitárias e o direito à leitura através do aperfeiçoamento de políticas públicas, apoiando também, junto com secretarias municipais de educação, a leitura nas escolas. A melhoria dos espaços físicos das bibliotecas não foi incluída.

Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias

A Rede foi criada no fim de 2015 com 82 bibliotecas comunitárias que recebem ou já receberam apoio do Instituto C&A. De acordo com informações do site, o projeto cresce impulsionado pelos objetivos de influenciar políticas públicas voltadas à promoção da leitura no Brasil, promover a valorização e reconhecimento do trabalho de promoção da leitura realizado pelas bibliotecas comunitárias em seus territórios e articular estratégias de sustentabilidade deste tipo de equipamento cultural em todo o país. O projeto começou em 2006 atendendo

individualmente as bibliotecas participantes e em 2010 iniciou-se o apoio a polos de leitura, um agrupamento dessas bibliotecas por região do país. O projeto é norteado pelos eixos: Espaço, Acervo, Mediação e Gestão compartilhada, além do incentivo à leitura. O Instituto C&A oferece apoio técnico e financeiro à Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. O apoio técnico conta com especialistas e segundo dados do site, o aporte financeiro foi de R\$ 250, 000,00 mil em 2016.

4.1.4 Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE)

O GIFE é a associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. Nascido como grupo informal em 1989, o GIFE foi instituído como organização sem fins lucrativos em 1995. Desde então, tornou-se referência no país no tema do investimento social privado. Promove uma rede de relacionamento diferenciada, com espaços para articulação, diálogo e troca de experiências entre os associados. Segundo o site, o GIFE difunde conhecimento, ferramentas, informação e as melhores práticas para o bom desenvolvimento institucional das organizações. Aprimora o investimento social por meio de troca de experiências e pela construção de referências para a atuação de investidores. Representa o setor perante o governo e outras redes e associações, acompanhando e influenciando no ambiente regulatório do Terceiro Setor. Realiza cursos, congressos, eventos e reuniões com o objetivo de debater e refletir sobre as grandes questões do campo social. Produz pesquisas, artigos e publicações contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados (GIFE, 2018).

Não foram encontrados resultados nas seções pesquisadas (cultura, leitura e escrita e políticas públicas). Na área de leitura e escrita de qualidade para todos, foram encontradas somente notícias relacionadas a projetos de incentivo a leitura, como reuniões e atividades em congressos. Ademais, foram encontrados os resultados:

Programa Conecta Biblioteca

Incentiva transformação social por meio de bibliotecas públicas. A ideia é aproveitar melhor os recursos tecnológicos das bibliotecas públicas para promover

conhecimento e geração de oportunidades aos jovens. O Conecta Biblioteca irá beneficiar bibliotecários e profissionais das bibliotecas participantes por meio de um programa de capacitação de dois anos com módulos presenciais e à distância, que inclui pesquisa da comunidade, gestão participativa, estratégias de comunicação e captação de recursos. Logo, se concluiu que a ideia do edital não beneficiaria espaços físicos de bibliotecas.

Instituto Cyrela abre inscrições para interessados em participar da Jornada pela Biblioteca

O GIFE apoiou o projeto Jornada pela Biblioteca nas duas edições, assim como o Instituto Cyrela. O projeto é uma iniciativa do Instituto Um Pé de Biblioteca, que atua na abertura ou reforma de espaços para a leitura. Na ocasião, em 2016, a ação aconteceu no Rio de Janeiro. A primeira edição ocorreu em Porto Alegre, em 2015.

A Jornada pela Biblioteca funciona como uma gincana, na qual os grupos interessados em abrir ou melhorar bibliotecas em suas instituições devem cumprir desafios para avançarem na competição. A metodologia adotada pela Jornada mobiliza voluntários, parceiros e comunidade em torno da leitura como ferramenta de promoção da educação, impactando positivamente as comunidades, fazendo com que elas se sintam responsáveis e protagonistas desse movimento. Podem participar da iniciativa escolas públicas, creches, abrigos, centros culturais e organizações ou grupos da sociedade civil em geral. Ao final das inscrições, são selecionados dez grupos melhor preparados para montar uma biblioteca. Entre os critérios de seleção estão: propostas que visem à promoção de transformações e a geração de impactos sociais na área e território de atuação, junto ao público beneficiário; caráter inovador ou criativo com potencial de multiplicação das ações sociais e de educação local; apresentação de uma estratégia clara de continuidade do trabalho; grupos engajados e que mostrem maior capacidade de execução e que tenham ações com a comunidade. Estes dez grupos participam então da Jornada, que funciona como uma gincana, com ações direcionadas para cada fase. A ideia é que o grupo consiga mobilizar parcerias, voluntários e recursos para arcar com 40% do necessário para a implementação da biblioteca. Os outros 60% serão fornecidos pela Jornada ao vencedor.

Ao final do processo, a instituição vencedora recebe o Baú Um Pé de Biblioteca, kit com diversos itens de mobiliário para formar espaços adequados para a leitura, como estantes, prateleiras, pufs, entre outros itens. Além disso, o grupo vencedor tem a oportunidade de participar da Oficina do Pé, que aborda técnicas criativas sobre como movimentar o espaço de leitura e entrar para a rede Um Pé de Biblioteca, que promove uma ampla troca de experiências com as outras bibliotecas participantes do grupo.

Para determinar o vencedor, são avaliados entre outros critérios, o engajamento social da instituição e quais projetos de leitura ela pratica ou pretende praticar. Ainda, segundo informações, o Instituto Cyrela patrocina a Jornada pela Biblioteca pela segunda vez. Em 2015, a instituição promoveu a iniciativa em Porto Alegre. Porém, assim como nos outros sites e editais pesquisados, não foi encontrada uma data fixa para o projeto e se ele tem uma periodicidade definida. Ao analisar o edital, verificou-se que o projeto Um Pé de Biblioteca atende aos espaços físicos de bibliotecas comunitárias que tem como público alvo crianças e adolescentes.

4.1.5 Fundação SM

Segundo a página da Fundação SM (Fundação Maria), sua criação se deu em 1977, com o intuito de devolver à sociedade os benefícios gerados pelas Edições SM. Tem a missão de contribuir para o desenvolvimento integral das pessoas por meio da Educação. A Fundação chega ao Brasil em 2004.

Tendo em vista sua missão, trabalha para fortalecer a educação pública, de forma colaborativa com os governos municipais, estaduais e federal, organismos internacionais, organizações da sociedade civil, institutos e fundações. Suas ações são norteadas por quatro pilares: formação e valorização dos professores; fomento à leitura; apoio a projetos socioeducativos; e apoio à pesquisa educacional.

No site foi encontrado o edital Programa Myra 2018, processo que selecionou três escolas públicas do município de São Paulo para participação no Programa Myra durante o ano de 2018. Uma iniciativa da Fundação SM, com apoio técnico da Comunidade Educativa CEDAC, o Myra é um programa de fomento à leitura que visa apoiar o aprimoramento das competências leitoras de estudantes de escolas públicas brasileiras. Na prática, o projeto promove encontros semanais,

com uma hora de duração, em que um voluntário-tutor e uma criança realizam atividades em torno da leitura. Verificou-se que esse projeto visa apenas o fomento à leitura, sem atender as demandas de espaços físicos.

4.1.6 Fundação Santillana

A Fundação Santillana foi constituída em 1979 na Espanha e atua em prol da educação e da cultura no Brasil e na Ibero-América. Suas ações estão ligadas ao universo da edição, informação e educação. No Brasil desde 2001, a Fundação Santillana visa contribuir para o desenvolvimento educacional do país, fomentando diversas atividades que beneficiam estudantes, educadores e instituições educacionais, em parceria com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais. O aporte da Fundação Santillana consiste em dinamizar o processo de educação de forma permanente, num compromisso constante com a construção da cidadania (FUNDAÇÃO SANTILLANA, 2018).

Foram encontradas informações sobre algumas atividades da Fundação, mas como se viu, a mesma promove cursos de formação, seminários e oficinas para professores e gestores, publica e divulga obras de referência nas áreas de avaliação e políticas públicas educacionais e estabelece parcerias para a viabilização de projetos de incentivo à leitura, cultura e cidadania, como o apoio ao Prêmio Vivaleitura, realizado pelos ministérios da Educação e da Cultura para reconhecer experiências de sucesso de incentivo à leitura no País. Nada foi encontrado sobre editais ou projetos que beneficiem os espaços físicos das bibliotecas.

4.1.7 Instituto Pró-Livro

Segundo a página da Instituição, o Instituto Pró-Livro (IPL) é uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos mantida com recursos constituídos, principalmente, por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro. Foi criado em outubro de 2006, como resultado de estudos e conversação entre representantes do governo e entidades do livro, e constitui uma resposta institucional à preocupação de especialistas de diferentes segmentos – públicos e privados – das

áreas da educação, cultura e de produção e distribuição do livro, pelos níveis de letramento e hábitos de leitura da população em geral.

Concretiza-se como um conjunto de estratégias destinadas a promover a competência leitora, os hábitos de leitura e o acesso aos livros, especialmente voltado à inclusão cultural de 70 % da população brasileira que não tem acesso ao livro e aos bens culturais. O Instituto conta com recursos financeiros das contribuições de seus associados para desenvolver diretamente ou apoiar projetos de estímulo à leitura e promoção de acesso ao livro envolvendo toda a população (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008).

De acordo com o IPL, o Instituto estimula os projetos que atendam aos seus objetivos, estratégias e plano de metas, baseado em sua arrecadação anual. São privilegiados como público alvo as crianças e os jovens, o que demanda a mobilização dos responsáveis pela sua educação e hábitos de leitura: educadores, pais, bibliotecários e mediadores de leitura. O Instituto desenvolve suas atividades por meio da concepção e/ou execução direta de programas, projetos e planos de ação. Também apoia projetos e programas selecionados por meio de financiamento, repasses, doações, ou, prestação de serviços de apoio. Para isto, o Instituto, baseado em seu Estatuto, estabelece acordos, convênios e parcerias com empresas e entidades públicas e/ou privadas e sociedades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) - nacionais e internacionais (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008).

Através das seções sobre os projetos lançados e apoiados pelo IPL foram encontrados os seguintes resultados:

Prêmio Vivaleitura

Trata-se de uma iniciativa do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação conforme Portaria Interministerial MEC/MinC nº 04, de 22 de outubro de 2014. O Prêmio Vivaleitura, integra as ações do PNLL. São premiados projetos nas seguintes categorias: Biblioteca Viva; Escola Promotora de Leitura; Território da Leitura e Cidadão Promotor de Leitura (pessoa física), que desenvolvam trabalhos na área de leitura. Em cada categoria, os vencedores recebem um prêmio no valor de R\$ 25,000,00.

Foram verificadas todas as categorias com objetivo de identificar algum incentivo a espaço físico, porém, apenas iniciativas que beneficiam a leitura são

aceitas. Esse projeto, porém, foi o único onde se verificou certa periodicidade, no site todas as edições são apresentadas na seção “edições anteriores”. As edições iniciam em 2006 e são realizadas anualmente até 2011, onde se detecta uma interrupção. As edições posteriores encontradas são de 2014 e 2016.

Espaços Mais Cultura (2010)

De acordo com informações do site, o edital foi destinado para a implantação de 20 Espaços Mais Cultura em áreas de vulnerabilidade social. Cada espaço teria uma biblioteca, cine teatro e salas de oficina. A data da publicação verificada no site do MinC é de 2010. O site afirma que os projetos deveriam ser enviados pelas prefeituras e que o edital estaria disponível nos sites do Programa Mais Cultura - www.mais.cultura.gov.br, todavia, a tentativa de pesquisa no site não foi possível, pois o mesmo está indisponível.

A seguir, todas as informações acima são apresentadas através do quadro 1, com as categorias instituição, os editais que foram encontrados, objeto e objetivos do edital, os que contemplam os espaços físicos, os recursos disponibilizados e o ano em que foi ofertado cada edital.

Quadro 1 – Síntese dos resultados obtidos através da análise dos sites das instituições determinadas

Instituição	Editais encontrados voltados às bibliotecas	Objeto e objetivos do edital	Edital contempla o espaço físico de bibliotecas?	Recursos disponibilizados	Ano em quem foi ofertado o edital
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNPB)	Edital Prêmio Todos Por Um Brasil de Leitores	Concessão de prêmios a 80 iniciativas que contribuam para a constituição de um Brasil de leitores.	SIM	Categoria A: R\$1.500.000,00 Categoria B: R\$900.000,00	2015
	Edital de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	Ampliação dos espaços, acervos e serviços de bibliotecas públicas municipais.	SIM	R\$ 4.200.000,00	2015

	Edital Prêmio às Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas (2014)	Premiação para iniciativas de boas práticas e ações inovadoras aplicadas em bibliotecas públicas, municipais e estaduais.	SIM	R\$ 32,000,00	2014
	Edital de Apoio às Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Leitura	Premiação para projetos de apoio à modernização e qualificação de espaços e serviços em bibliotecas comunitárias e pontos de leitura.	SIM	R\$ 32,000,00	2013
	Edital de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas	Concessão de prêmios a 10 projetos cujo objetivo principal seja a ampliação e qualificação da acessibilidade.	NÃO	—	2013
	Edital Mais Cultura de Apoio as Bibliotecas Públicas	Investimento em projetos de apoio a bibliotecas públicas municipais, implantação de bibliotecas de bairro, distritais e/ou rurais e projetos de acessibilidade.	SIM	Valor apoiado pelo MinC: R\$ 115.000,00 Contrapartida mínima do proponente: R\$ 28.750,00 Valor total mínimo do projeto: R\$ 143.750,00	2010
	Edital Pontos de Leitura: Homenagem a Machado de Assis	Seleção de projetos que visem o fortalecimento, estímulo e fomento a leitura.	NÃO	—	2008

Fundação Biblioteca Nacional (FBN)	Seleção de projeto de apoio à instalação de Bibliotecas Públicas	Seleção de 1 projeto que apoie a instalação de uma biblioteca pública no país.	NÃO	R\$ 500.000,00	2012
Instituto C&A	Prazer em Ler	Identificação e disseminação das melhores práticas de promoção da leitura promovidas pelas instituições parceiras do Instituto C&A	NÃO	—	2006 – até o momento
	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (2016)	Promoção do trabalho de disseminação da leitura realizado pelas bibliotecas comunitárias e suas estratégias de sustentabilidade.	SIM	R\$ 250,000,00	2006 – até o momento
Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE)	Programa Conecta Biblioteca	Atração de novos usuários para as bibliotecas, em especial jovens em situação de vulnerabilidade social.	NÃO	—	2018
	Jornada pela Biblioteca	Atuação na abertura ou reforma de espaços para a leitura.	SIM	1 Kit para o espaço físico	2015 - 2016 2006 – até o momento
Fundação SM	Programa Myra 2018	Promover encontros para leitura.	NÃO	—	2018

Fundação Santillana	—	—	—	—	—
Instituto Pró-Livro	Prêmio Viva Leitura	Estímulo e fomento de experiências que promovam a leitura.	NÃO	R\$ 25,000,00	2006-2011 2014-2016
	Espaços Mais Cultura	Construção de 20 espaços culturais multiuso.	NÃO	R\$450, 000,00 por projeto	2010

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Sobre o número de editais encontrados por instituição, de uma forma geral, a SNPB apresentou sete resultados. O Instituto C&A, o GIFE e o Instituto Pró-Livro apresentaram dois resultados cada. A Fundação SM e a FBN apresentaram um resultado cada. A Fundação Santillana não apresentou nenhum.

Quanto ao número de editais encontrados que contemplam os espaços físicos das bibliotecas, a SNBP apresentou cinco, o Instituto C&A e o GIFE apresentaram um cada.

Dos editais encontrados que não contemplavam os espaços físicos, cinco destinavam-se ao incentivo à leitura e formação de novos leitores, um atendia questões de acessibilidade tecnológica, um destinava-se a instalação de uma biblioteca pública e um apresentou objetivos de apoio à pesquisa, apoio a escritores negros, a autores brasileiros e fomento à leitura.

Por fim, 15 editais voltados às bibliotecas foram encontrados, desse total, sete contemplavam os espaços físicos e oito contemplavam outras temáticas.

Sobre esses resultados, nota-se que a atenção dada aos espaços físicos é menor, principalmente em relação à temática da leitura, que em quase todos os editais tinha alguma contemplação. Colaborar para a construção de leitores é uma missão importante, porém, como afirma Lemos (2008, p. 102), uma biblioteca tem como finalidade “[...] promover a efetiva utilização de seus materiais e não ser um mero local de custódia [...]”. Para tanto, o espaço necessita, além de abrigar seu acervo para futuras consultas, ser um lugar que proporcione aconchego, conforto e funcionalidade. Não basta investir apenas num bom acervo, visando à formação e

manutenção de leitores se não houver um lugar atrativo e propício para que esses permaneçam.

A maior atenção dada ao incentivo da leitura e promoção do acervo traz a reflexão sobre as condições de armazenagem. Os fatores ligados às condições ambientais são de suma importância para a conservação do acervo e dizem respeito ao espaço físico. Se existe uma política de leitura e editais que atendam essa demanda, também é necessário haver um ambiente que comporte o acervo de forma ideal, assim como um espaço para comportar os leitores, independente do tipo de biblioteca.

A prioridade dada à leitura reflete ainda a preocupação quanto à recuperação da informação, pois em uma biblioteca física, além de um espaço pensado ao conforto do usuário e a preservação do acervo, existem profissionais que são capacitados para a realização de pesquisa e serviço de referência. Com o surgimento das tecnologias de informação o trabalho dos bibliotecários se faz ainda mais importante para o usuário comum. Saber onde encontrar informação útil e como pesquisar se torna mais difícil quando temos a internet e um espaço virtual onde todos depositam qualquer tipo de material. Como coloca Vergueiro (2010) mesmo que se tenha um pensamento positivo em relação ao manuseio dos meios eletrônicos, ainda assim existirão indivíduos que irão preferir delegar a tarefa de pesquisa ao profissional que é capacitado e preparado para o uso das técnicas de recuperação da informação.

A atenção dada à leitura em detrimento ao espaço físico observada nos editais vai de encontro aos argumentos que defendem a existência das bibliotecas. Com isso, o ato de ler pode ser feito facilmente através da internet de quaisquer lugares, o que não significa que será uma leitura de qualidade e isso traz questionamentos sobre a missão das bibliotecas. Dessa forma, como argumentou Bonet Peitx (2017), o espaço é elemento de central importância das bibliotecas, pois é onde ocorrem às atividades dos usuários. Isso se coloca a frente da preocupação com o acervo, pois grande parte da informação está acessível a partir da internet. A missão das bibliotecas não é mais “[...] assegurar a sustentabilidade do acervo documental, mas tornar a informação acessível aos usuários para que possam desenvolver suas atividades” (BONET PEITX, 2017, não paginado).

Das instituições analisadas, um resultado positivo encontrado foi o Instituto Um Pé de Biblioteca, descoberto no site do GIFE. O Instituto atua apoiando a

implantação e reformas de bibliotecas em áreas de risco que atendam o público infantil e adolescente. Tem como missão melhorar a educação do Brasil por meio das bibliotecas. O Instituto oferece apoio e orientação para abertura ou reforma de bibliotecas, oficinas de capacitação e aperfeiçoamento, incentivo à leitura e desenvolvimento e licenciamentos de produtos. Possui parceria de lojas que vão disponibilizar o mobiliário, equipamentos, tintas e todo restante do material necessário para criação e reforma dos espaços. A Instituição desperta interesse, pois entende que para cada tipologia de biblioteca existem demandas diferentes. Os espaços criados ou reformados por eles são atrativos, confortáveis, dinâmicos e principalmente pensados para seu público, no caso, crianças e adolescentes. Essa ideia de espaço vai ao encontro do argumento de Teixeira e Santos (2017, p. 53), quando afirmam que “é imprescindível haver uma adequação entre as necessidades de informação dos usuários, os serviços prestados para atendimento das mesmas e os recursos disponíveis para tal” e que para isso é necessário levar em conta à função específica de cada tipo de biblioteca. Dessa forma, o planejamento do espaço deve ser orientado pelas características da mesma e das pessoas que a usarão.

O que se observou também sobre os editais que contemplavam o espaço físico foi o fato de mencionarem apenas o mobiliário como item principal, mas sem uma explicação mais detalhada sobre o que ele contempla, além disso, o mobiliário não é o único fator existente quando fala-se em ambiente físico. Vanz (2017) ao citar a Norma ISO 11219/2012, comenta que ela divide a biblioteca em seis espaços diferentes: espaço para usuários, serviço de referência, circulação de documentos, espaço para coleções, processamento técnico e espaço para eventos. Para cada espaço mencionado existe uma organização diferente e necessita de equipamentos, mobiliário e sinalização específica. Para o conforto ambiental, por exemplo, é necessário um bom sistema de climatização e isso não necessita apenas de mobiliário para ser realizado.

Sobre os editais encontrados, observou-se que a maioria das instituições não mantém periodicidade constante de oferta. As únicas instituições analisadas que apresentaram alguma frequência de oferta de editais foram o Instituto C&A, o Instituto Um Pé de Biblioteca e o Instituto Pró-Livro.

Constatou-se durante essa pesquisa a falta de informações importantes nos sites verificados. Não foi encontrada padronização de informações sobre os editais

ofertados pelas instituições, na maioria dos casos foi preciso analisar quase todas as seções disponíveis que poderiam abrigar dados relevantes. Observou-se em quase todos os sites que as informações sobre os editais estavam disponíveis como notícias e sem organização cronológica, ou seja, para chegar até elas foi preciso consultar em todas as páginas a seção de notícias ou colocar palavras-chaves nos campos de busca, o que tomou muito tempo para a realização da pesquisa. Por essa razão, foi necessário na maioria dos casos, buscar informações adicionais em outras páginas da internet, como sites do governo ou de outras instituições parceiras.

4.2 PORTAL SALIC

Para atingir o terceiro objetivo específico deste trabalho, foram analisados os projetos enviados ao Ministério da Cultura nos últimos cinco anos, através do portal SALIC do governo federal. Esse portal foi elaborado com o intuito de facilitar o trabalho do proponente e dar mais transparência à sociedade sobre os projetos incentivados pela Lei Rouanet. Com a intenção de apresentar um panorama em nível público, são apresentados os dados obtidos sobre os projetos enviados ao MinC que tiveram por objetivo a melhoria dos espaços físicos de bibliotecas.

No Quadro 2, a seguir, apresentam-se os dados obtidos que foram organizados e apresentados de forma cronológica, no período de 2013 a 2017, totalizando 5 anos.

Quadro 2 – Projetos enviados ao MinC para financiamento de espaços físicos de bibliotecas de 2013 a 2017

Ano	Título do projeto	Identificação do proponente	Valor solicitado	Valor aprovado	Valor captado
2013	Ampliação e Manutenção da Biblioteca da Fundação Sicredi	Fundação Sicredi	R\$897.822,23	R\$754.638,56	R\$524.494,82
	O Leitor é Você - Setor de Leitura do Idoso na Biblioteca Pública	Associação de apoio ao museu da imagem e do	R\$151.915,00	R\$298.408,00	Projeto arquivado por não

	Governador Menezes Pimentel (BPGMP)	som do ceará – Aamis			atendimento à diligência técnica.
2014	Construindo uma Minas leitora: criação de espaços infantis e juvenis nas bibliotecas públicas municipais de Minas Gerais	Associação de Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – SABE	R\$592.020,00	R\$579.470,00	Projeto arquivado por excesso de prazo sem captação.
	Implantação e compra de acervo da Biblioteca do Centro Cultural do MTC	Minas Tênis Clube	R\$842.819,00	R\$842.819,00	Projeto arquivado por excesso de prazo sem captação.
	Livres Livros	RM Gestão e promoção de conteúdo artístico Ltda – ME	R\$1.986.687,85	R\$1.986.687,85	Projeto arquivado definitivamente, tendo em vista encerramento do prazo de 24 meses sem captação.
2015	Bibliotecas do amanhã	C.V. Macedo ME	R\$1.572.738,00	R\$1.572.738,00	R\$800.000,00
	Centro Cultural Alumínio: história, arte, cultura e tecnologia	Flavio Enninger EPP - Usina Projetos Culturais	R\$752.425,00	R\$752.425,00	Indeferido
	Do Poeta à Criança	Associação Cultural da Biblioteca Mário de Andrade	R\$365.220,00	R\$363.440,00	Projeto arquivado por excesso de prazo sem captação.

2016	Biblioteca Metais Brasil	Quattro Projetos e Serviços Ltda - ME	R\$499.625,00	R\$499.625,00	Indeferido
2017	Biblioteca Áurea Alencar Casa de Ensaio	Casa de Ensaio	R\$147.368,00	R\$147.368,00	R\$147.368,00
	Biblioteca CEDE	Companhia da Foto Projetos e Produções Culturais e Sociais Ltda.	R\$1.894.930,00	R\$1.602.230,00	R\$320.450,00
	Reestruturação da Biblioteca Professora Benta Cardoso	Ana Sczesny	R\$198.287,50	R\$198.287,50	R\$39.660,48
	Reestruturação em equipamentos da Biblioteca Pública Mansueto Bernardi	Ines Regina Dallagnol Ruas Amantino	R\$1.090,00	R\$1.090,00	Projeto encerrado por excesso de prazo sem captação.

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Em relação aos dados do portal SALIC, no ano de 2013 foram encontrados dois projetos enviados, em 2014 e 2015 foram três em cada ano, 2016 foi encontrado apenas um e em 2017 foram enviados quatro projetos. Totalizou-se 13 projetos enviados no período de cinco anos. Todos os projetos tiveram parte ou o total do valor aprovado, porém, apenas cinco tiveram valores captados. Dos projetos que não conseguiram captar os valores, dois foram indeferidos, um foi arquivado pelo não atendimento à diligência técnica, quatro foram arquivados por excesso de prazo sem captação e um projeto foi arquivado definitivamente, tendo em vista o encerramento do prazo de 24 meses sem captação.

Foi constatado que o número de projetos enviados que conseguiram captar valores é muito baixo. No Brasil a atenção dada à cultura ainda é baixa e é difícil que empresas apoiem certas iniciativas, mesmo com os benefícios de dedução de

impostos. Um dos motivos para isso, como afirmou Olivieri (2004, p. 36) é que “No Brasil, a prática de doação para atividades de natureza social, esportiva e cultural está sendo iniciada”. Os cidadãos ainda percebem o financiamento para estas atividades como uma obrigação do Estado através de impostos pagos.

Outra questão que pode contribuir para o fato de existir dificuldade em conseguir investimento privado é o fato dos profissionais que enviam os projetos desconhecerem os potenciais investidores e o desconhecimento sobre como atraí-los, como afirmam Durand, Gouveia e Berman (1997, p. 36) que “[...] para a busca de doações e patrocínios, costumam ser necessários profissionais especializados em dar a iniciativas culturais o formato de projetos de interesse empresarial”.

Os autores acrescentam que são necessárias algumas características para obter apoio do setor privado, como “[...] habilidade e a sensibilidade em localizar pontos de afinidade entre o evento ou o bem cultural para o qual se procura recursos e a posição que determinada empresa ocupa” (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997, p. 36). É importante que bibliotecários e futuros profissionais da informação atentem-se a essas características para que obtenham sucesso ao buscar financiamento junto aos setores públicos e privados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados a partir da coleta de dados desta pesquisa demonstram que a atenção dada aos espaços físicos das bibliotecas é pequena. A preocupação com a leitura e formação de novos leitores é maior e crescente. Em um país em desenvolvimento isso é compreensível, porém, não adianta um programa de incentivo à leitura se não houver espaços físicos adequados para que a leitura de desenvolva.

As instituições pesquisadas foram escolhidas por ofertar editais de apoio às bibliotecas, mas se observou que nem todas o fazem. Todas elas oferecem algum tipo de apoio, seja em forma de edital ou parceria, mas nem todas oferecem financiamento através de edital.

A leitura prévia dos editais mostrou que muitos deles oferecem financiamento através de seleção que premia projetos realizados para o fomento à leitura, ou seja, através de projetos de incentivo à leitura é possível conseguir verba para o investimento nos espaços. Os editais analisados resumem o espaço físico em mobiliário e não descrevem os itens que o compõe nem outros que podem ser utilizados na manutenção ou reforma de um ambiente físico, como tintas, lâmpadas, desumidificador, entre outros. Já quando se refere a iniciativas de leitura, existe um detalhamento mais profundo sobre cada item do edital.

A análise dos projetos enviados ao portal SALIC surpreendeu de forma negativa quando se observou o número de projetos que foram arquivados por falta de captação de verbas. Essa constatação trouxe a reflexão sobre o nível de conhecimento dos bibliotecários e profissionais atuantes em bibliotecas sobre o processo de captação. É imprescindível aos gestores saber como buscar parcerias e investimentos junto às iniciativas públicas e privadas. É sabido das dificuldades que as bibliotecas brasileiras atravessam, mas essa situação não pode gerar desmotivação e acomodação. Nesses momentos todos os recursos e possibilidades precisam ser reconhecidos e os editais, assim como a possibilidade de envio de projetos ao Minc, são excelentes formas de obtenção de recursos.

A existência de uma disciplina de caráter obrigatório no currículo do curso de Biblioteconomia que abrangesse essa temática contribuiria para que os alunos conhecessem um pouco sobre essas alternativas de financiamento e todas suas etapas.

A análise dos sites das instituições pesquisadas levou a percepção da necessidade das informações sobre editais disponíveis serem melhor apresentadas, pois na maioria das instituições encontrou-se grande dificuldade de localizar os dados necessários. Esperava-se encontrar sites mais organizados, informações mais esclarecedoras e alguma seção que contemplasse as notícias sobre futuros editais, com datas atualizadas e arquivos anteriores organizados cronologicamente. A dificuldade de localizar informações através dos sites foi uma limitação nessa pesquisa, por isso, a possibilidade de uma instituição abrigar esses dados de forma unificada, trabalhando com um serviço de aviso por email aos interessados, seria uma boa iniciativa. Já os dados obtidos nos editais foram suficientes para conhecer seus objetivos, valores financiados e aspectos contemplados.

A menor atenção dada aos espaços físicos através dos editais também foi vista no momento da pesquisa pelo referencial teórico deste trabalho, quando pouco se encontrou sobre o assunto, inclusive entre os trabalhos de conclusão de curso.

Através da sugestão de leitura do artigo de Andrew McDonald, intitulado *Ten commandments revisited: the qualities of good library space*, publicado na revista *Liber Quarterly* que reúne países da Europa, observou-se posteriormente que a mesma havia publicado muitos outros artigos sobre o espaço físico. Isso demonstra a preocupação que as bibliotecas europeias têm com os ambientes físicos e a necessidade de transformação que se exige deles atualmente. Pesquisar nessa revista científica e em outras internacionais pode ser de grande valia para os graduandos em Biblioteconomia e bibliotecários que tenham esse assunto como tema.

A biblioteca tradicional se faz muito presente na realidade brasileira e com as tecnologias de informação e comunicação presentes no dia a dia se torna imprescindível que esses espaços se transformem, pois o que vemos é o usuário em meio a diversas fontes de informação, com necessidades diversas, em busca de um lugar que diminua sua ansiedade informacional e que também proporcione conforto e funcionalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2 ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005. 142p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. 3 .ed. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. A biblioteca e seus ritos ambientais. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **Gestão ambiental em bibliotecas**: aspectos interdisciplinares sobre ergonomia, segurança, condicionantes ambientais e estética nos espaços de informação. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 9-21.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Apresentação**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BONET PEITX, Ignasi. Propuestas arquitectónicas innovadoras para la biblioteca contemporánea. **BID**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, Barcelona, n. 38, não paginado, jun. 2017. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/es/38/bonet.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Constituição de 1988; RIO GRANDE DO SUL. Constituição de 1989. **Constituição Federal e Constituição Estadual**. 8. ed. Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas do TJRS, 2015. 479 p.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas**: manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 143 p. Disponível em: <<https://www.cfb.org.br/noticia/manual-de-fortalecimento-de-bibliotecas-acessiveis-e-inclusivas/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Salic**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CESNIK, Fábio de Sá. O papel do estado no financiamento à cultura e ao esporte. **Revista do IASP**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 316-335, jan. 2008.

DURAND, José Carlos Garcia; GOUVEIA, Maria Alice; BERMAN, Graça. Patrocínio empresarial e incentivos fiscais a cultura no Brasil: análise de uma experiência recente. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 38-44, out./dez. 1997. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol37-num4-1997/patrocinio-empresarial-incentivos-fiscais-cultura-no-brasil-analise-experiencia>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

FAULKNER-BROWN, Harry. Design de grandes edifícios para bibliotecas. In: IBICT. **A informação: tendências para o novo milênio**. Brasília, DF, 1999. 211 p. Disponível em: <livroaberto.ibict.br/bitstream/1/442/6/A%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO SANTILLANA. **A Fundação Santillana**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://fundacaosantillana.org.br/a-fundacao.html>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FUNDAÇÃO SM. **Quem somos**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://fundacaosmbrasil.org/fundacao/#quem-somos>>. Acesso em: 19 maio 2018.

GIFE. **Quem somos**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://gife.org.br/quem-somos-gife/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Benefícios fiscais da Lei Rouanet: aspectos relevantes e as limitações impostas pela definição de doação do Dec.1.494, de 17.05.1995. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 39, ano 9, p. 116-125, jul./ago. 2001.

GRUMAN, Marcelo. Nem tanto ao céu, nem tanto a terra: limites e possibilidades da lei de incentivo fiscal à cultura. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 107, p. 149-154, abr. 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9332>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

INSTITUTO C&A. **O que fazemos**. 2018. Disponível em: <<http://www.institutocea.org.br/what-we-do/what-we-do/>>. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. **Como funciona o nosso apoio a projetos**. 2018. Disponível em: <<http://www.institutocea.org.br/granteeswhat-we-fund/how-our-grants-work/>>. Acesso em: 12 maio 2018.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Quem somos**. São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/pro-livro/quem-somos>>. Acesso em: 18 maio 2018.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 184 p.

MCDONALD, Andrew. The ten commandments revisited: the qualities of good library space. **Liber Quarterly**, Utrecht, v. 16, n. 2, não paginado, jun. 2006. Disponível em: <<https://www.liberquarterly.eu/455/volume/16/issue/2/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2006. 96 p. Disponível em: <http://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view.html>. Acesso em: 12 mar. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. Tópicos de ação cultural. In: SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos (Org.). **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia**: volume 1. São Paulo: ECA/USP, 2016. 181 p.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal**: leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras; Instituto Pensarte, 2004. 206 p.

PITOMBO, Mariella. Entre o universal e o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na UNESCO. In: MARCHIORI, Gisele Nussbaumer (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. 256 p.

Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/139>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SERRA, Liliana Giusti. Bibliotecas do futuro e o foco no usuário. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 11-19, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.crb8.org.br/wp-content/uploads/2017/06/bibliotecas-do-futuro-e-o-foco-no-usuario.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Histórico**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/historico/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura; SANTOS, Jussara Pereira. Leiaute de bibliotecas. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **Gestão ambiental em bibliotecas**: aspectos interdisciplinares sobre ergonomia, segurança, condicionantes ambientais e estética nos espaços de informação. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 53-60.

VANZ, Samile Andrea de Souza. A ISSO/TR 11219 – *Information and documentation – qualitative conditions and basic statistics for library buildings – space, function and design* – e sua contribuição na definição de espaços, funções e design de bibliotecas. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **Gestão ambiental em bibliotecas**: aspectos interdisciplinares sobre ergonomia, segurança, condicionantes ambientais e estética nos espaços de informação. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 23-36.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2010. 120 p.

WATSON, Les. El diseño de la biblioteca universitaria del siglo XXI: ideas y tendencias. **Bid**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, Barcelona n. 38, não paginado, jun. 2017. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/es/38/watson.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2018.